PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

VIVIAN JULIÃO DE OLIVEIRA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
A LIBRAS NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO

SÃO PAULO
2018

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

VIVIAN JULIÃO DE OLIVEIRA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
A LIBRAS NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO

Trabalho orientado pela Profª. Drª.
Ana Laura Schliemann.

SÃO PAULO
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pela oportunidade de graduar-me em uma universidade que não só me ensinou e capacitou para o exercício de psicóloga, mas me abrigou, me alimentou, me permitiu conhecer culturas diferentes e aprender novos idiomas e, principalmente, desenvolveu em mim uma consciência cidadã.

Agradeço aos meus familiares e amigos pelo suporte dado durante essa árdua trajetória, em especial durante a confecção desse trabalho de conclusão de curso. Particularmente, agradeço à minha mãe, Andréa Betânia Julião de Oliveira, que me instigou a dar meu primeiro passo rumo ao campo da surdez, o que seguramente implicou na execução do presente trabalho.

Agradeço à Maria Cecília Moura, Prof.ª Dr.ª do curso de fonoaudiologia da FACHS e fonoaudióloga de formação que, através da realização de iniciações científicas, ensinou-me parte daquilo que sabe sobre às questões da surdez, da LIBRAS e da produção científica e, pacientemente, esteve disponível para auxiliar-me nas dúvidas e curiosidades que eu possuía sobre o tema.

Agradeço também ao Núcleo de Distúrbios de Voz e Linguagem da DERDIC/PUC-SP, coordenado pela Prof.ª Dr.ª Josefina de Carvalho, psicóloga responsável pelos atendimentos em Psicologia do setor, que permitiu-me ver que é possível - e urgente- a realização da interface entre surdez e Psicologia.

Agradeço também à Prof.ª Dr.ª Ana Laura Schliemann, por aceitar o desafio de auxiliar-me na realização deste trabalho durante dois anos, por acreditar na relevância temática do mesmo e no impacto transformador que ele pode gerar na graduação da Psicologia da FACHS da PUC-SP, por crer na minha capacidade em realizá-lo, por viabilizá-lo através das orientações dadas, materiais revisados e empenho prestado na realização desta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos aqueles que participaram direta ou indiretamente na realização deste trabalho.

A todos estes, meus sinceros agradecimentos.

Título do Trabalho: O Surdo e a LIBRAS na formação do Psicólogo

Grande Área: 7.00.00.00-0 - Ciências Humanas

Área: 7.07.00.00-1 - Psicologia

Subárea: 7.07.08.01-0 - Planejamento Institucional

Orientador: Prof. Dra. Ana Laura Schliemann- Psicologia- alschliemann@pucsp.br

Orientando: Vivia Julião de Oliveira - Psicologia - vivian.juliao@hotmail.com

RESUMO

O Surdo tem tido a sua história marcada por negligências e tentativas de acobertamento da surdez. Contudo, nos últimos anos mudanças de cunho social e linguístico tem transformado este cenário. Apesar desses avanços, muitos profissionais da saúde, em especial da Psicologia, não conhecem a LIBRAS e as questões que envolvem o sujeito Surdo e sua identidade. Assim, este trabalho visou refletir sobre o aprendizado de LIBRAS no curso de Psicologia, bem como o acesso do Surdo aos serviços oferecidos por este campo de atuação, a partir da percepção dos professores da graduação de Psicologia da FACHS da PUC-SP. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário online com 32 perguntas abertas e fechadas. Os resultados foram tabulados quantitativamente através do método survey e a análise dos dados seguiu a metodologia qualitativa proposta pelo próprio instrumento de coleta. Constatou-se que a barreira de comunicação existente entre Surdos e ouvintes tem tornado restrito o acesso do Surdo aos serviços de psicologia. Os participantes veem a necessidade da reestruturação do curso de Psicologia da FACHS da PUC-SP, por meio da implantação de metodologias que aproximem estudantes e professores da temática em questão e propiciem ao Surdo o acesso a um cuidado integral em saúde, reduzindo barreiras comunicativas e favorecendo sua inclusão social. Esta pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da PUC-SP sob o CAAE: 87320818.8.0000.5482.

Palavras-chave: LIBRAS, Psicologia, Surdez.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 7

2. JUSTIFICATIVA PESSOAL 19

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 20

3.1. Entendendo a Surdez 20

3.2. Causas, tipos e graus de surdez 21

3.3. O Surdo e sua trajetória histórica 22

4. OBJETIVOS 32

4.1 Objetivo Geral 32

4.2. Objetivo Específico 32

5. ASPECTOS METODOLOGICOS 33

6. RESULTADOS 36

6.1 Dados demográficos 36

6.2 Parte A – participantes que nunca atenderam Surdos ou Pessoas com Deficiência Auditiva em Psicologia 40

6.3 Parte B – participantes que atendem ou já atenderam Surdos ou Pessoas com Deficiência Auditiva em Psicologia 43

6.4 Comparando as partes A e B 49

7. DISCUSSÃO 54

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS 74

9. REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 76

10. ANEXOS 81

a. Link de acesso ao questionário online 81

b. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 83

c. Questionário 86

d. Corpo docente atual da PUC-SP (2º Sem/ 2018) 98

1. INTRODUÇÃO

Segundo o censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, cerca de 9,7 milhões de brasileiros possuem deficiência auditiva, o que representa 5,1% da população brasileira. A Organização Mundial da Saúde (1989), conceitua deficiência como termo decorrente do âmbito das estruturas ou funções psicológicas, fisiológicas ou anatômicas do indivíduo, podendo ser classificadas como físicas, auditivas, visuais, mentais e múltiplas - associação de duas ou mais deficiências.

De acordo com o Art. 3º do Decreto nº 3.298/99, cuja redação foi atualizada após longas discussões no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com deficiência (CONADE), pelo Decreto nº 5.296/04, considera-se:

> I – deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

O Art. 4º do mesmo decreto considerada como deficiência auditiva:

> Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).

Embora a legislação não faça distinção entre surdez e deficiência auditiva, do ponto de vista orgânico, ambos os termos são considerados sinônimos para referir qualquer tipo de perda auditiva em diferentes graus. Contudo, do ponto de vista socioantropológico, os termos se diferenciam pelo modo de se vivenciar as diferenças de audição.

De acordo com Bisol & Valentini (2011),

> Os Surdos, ou Surdos com letra maiúscula, como proposto por alguns autores, são pessoas que não se consideram deficientes, utilizam uma língua de sinais, valorizam sua história, arte e literatura e propõem uma pedagogia própria para a educação das crianças surdas. Os pessoas com deficiênica auditiva *(pessoas com deficiência auditiva – correções do autor)* seriam as pessoas que não se identificam com a cultura e a comunidade surda (p.01).

Assim, no que diz respeito ao modo como o Surdo é cuidado e percebido, seguem duas concepções pautadas nessa mesma distinção: a concepção clínica ou orgânica, que rege suas intervenções com o objetivo de adaptar o Surdo e integrá-lo à sociedade por meio da aproximação destes à condição ouvinte, ou seja, normatizá-lo; e a concepção socioantropológica, que baseia suas intervenções a partir do referencial da identidade que busca promover ao Surdo um espaço existencial de diferença fundamentado em vivências visuais de socialização (NOBREGA et al., 2012).

Uma visão clínica ou orgânica da surdez a considera como deficiência, cujo único impacto seria o não ouvir, sendo deficiência significada enquanto déficit e não diferença. A visão socioantropológica da surdez a reconhece como diferença, principalmente linguística e cultural, uma vez que a língua utilizada pela população ouvinte é a língua majoritária do país e sua modalidade é oral, que por não contemplar as especificidades do Surdo, caracteriza-o como um grupo linguisticamente minoritário. A visão da surdez, nesse contexto, destaca-se pela diferença linguística e não pelas alterações orgânicas.

Para Ciccone (1990, p.20 apud DUARTE et al., 2013),

> *“o Surdo é mais do que simplesmente um sujeito que não pode ouvir*”. Ele apreende o mundo pelas vivências e

> experiências visuais, utiliza uma língua visuoespacial, capta as informações através da integridade sensorial que possui e se expressa pelas mãos ao usar a língua de sinais. Língua essa que lhe permite interagir com seus pares e com as demais pessoas que a dominem (FELIPE, 2003; COELHO, CABRAL, GOMES, 2004; MACHADO, 2008 apud DUARTE et Al, 2013).

Estudos demonstram que a Língua de Sinais é a língua natural para o Surdo (BONFIM, MOURA, & OLIVEIRA, 2015; CAPORALI & DIZEU, 2005; DUARTE et al, 2013; DWEK; ALBANO & MOURA, 2012.; MOURA, 2000), pois ela é adquirida de forma espontânea pela criança surda sem que seja preciso um treinamento específico, permite-lhe desenvolver-se em sua plenitude, sem a existência de lacunas que a língua oral lhe causa pela falta de retorno auditivo, já que é viso espacial e, como tal, se instaura através dos sentidos preservados do Surdo.

A língua oral, embora seja a língua majoritária nas comunidades onde o Surdo é inserido, não se apresenta como um recurso que facilita seu intercâmbio com o mundo; mas sim como um obstáculo que ele precisa transpor para se relacionar socialmente de forma efetiva (PADDEN, HUMPRIES, 1996; BARNETT, 2002; QUADROS, PERLIN 2007, apud DUARTE et al, 2013), já que ela flui pelo canal auditivo, recurso ausente para a maioria dos Surdos. Deste modo, embora a língua oral possa permitir que o Surdo seja inserido na linguagem por meio de treino orofacial e leitura labial, não necessariamente o colocará numa língua, nem na cultura desta, como a língua de sinais o permite.

Pela ótica da Teoria Sócio-Histórica-Cultural (VIGOTSKY,2008) o homem é um sujeito histórico-social e seu desenvolvimento se dá a partir das trocas e das interações realizadas em seu ambiente cultural e isto apenas acontece quando há a mediação da linguagem, sendo esta não vista apenas pela oralidade ou pela possibilidade de comunicação que ela propicia, mas ligada ao desenvolvimento do pensamento e do funcionamento psíquico social do indivíduo (GOES, 2000).

A linguagem é uma capacidade humana não herdada, ou seja, aprendida. É um produto cultural variável no tempo e no espaço. A língua, parte essencial da linguagem, é ao mesmo tempo um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias que permitem o exercício dessas faculdades nos indivíduos, a língua é quem faz a unidade da linguagem (SAUSSURE, 1995).

Desde o primeiro dia de vida de uma criança, esta é introduzida em diferentes grupos sociais, como família, igreja e escola. Ela é introduzida na linguagem e na cultura, o que confere sentido ao seu mundo e o organiza, realizando influências no processo identitário, fenômeno chave para o atendimento e serviços de cunho psicológico. Para Rossi (2000, apud CAPORALI & DIZEU, 2005), é a partir do momento em que a criança se percebe e se identifica com seus pares, que ela estabelece as diferenças entre os indivíduos inseridos em seu meio, tal percepção, contudo ocorre quando a criança constrói sua realidade social por meio da comunicação e descobre a si própria através das interações que estabelece com seus pares.

Ao longo da história, o Surdo, tem sido marcado por preconceitos, negligências e tentativas de acobertamento da surdez, vem sendo podado de interações e excluído na família e demais grupos sociais, por conta da barreira de comunicação existentes entre Surdos e ouvintes, o que lhe tem conferido isolamento e lhe tem impedido de realizar trocas significativas com seu mundo.

No Brasil, o não reconhecimento da língua de sinais pela população ouvinte brasileira, a promoção de um ensino pautado no desenvolvimento de habilidades que não contemplam as especificidades da Surdez, a escassez de serviços especializados no atendimento de Surdos e Pessoas com Deficiência Auditiva, as dificuldades de inserção no mundo trabalho enfrentadas por esse público, entre outros modos de segregação, marcam quanto a promoção da inclusão para essa população ainda está distante da realidade brasileira.

Apesar disso, mudanças de cunho social e linguístico têm transformado, ainda que em pequena escala, o modo como o Surdo é visto e tratado pela

sociedade brasileira, a principal delas foi o reconhecimento da língua de sinais como segunda língua oficial do Brasil por meio da Lei 10436 de abril de 2002 e do seu uso regulamentado pelo Decreto 5.626 de dezembro de 2005 (BONFIN, MOURA & OLIVEIRA, 2015).

Segundo o Art. 1º da lei:

> "[...]: É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados.
>
> Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil [...]".

Assim, a federação reconhece legalmente que a língua de sinais apresenta todos os parâmetros que uma língua deve apresentar – *"constitui uma língua natural, com estrutura gramatical própria em seus níveis fonológico, morfológico, sintático, semântico, capaz de transmitir conceitos concretos e abstratos (LEVINO, et al. 2013)"-,* sendo considerada suficiente para permitir a um indivíduo o seu desenvolvimento psicológico, cognitivo e social, desmistificando a ideia de que esta é inferior e insuficiente para ser considerada como língua por não ser articulada por meio da fala.

Embora tenha trazido ao Surdo o reconhecimento de uma língua que lhe é natural e que torna possível seu desenvolvimento integral, infelizmente, esses avanços não têm sido acompanhados por todas as instâncias sociais nas quais o Surdo transita, em especial pelos profissionais da saúde e educação, o que tem gerado problemas não só no que se refere a inclusão social do Surdo, mas também no modo como ele é cuidado e educado (BONFIM, MOURA & OLIVEIRA, 2015).

O decreto 5.626 veio para estabelecer as formas pela qual a LIBRAS deveria ser aprendida e usada em proveito do desenvolvimento adequado do indivíduo Surdo, tanto pelo próprio sujeito Surdo como para os ouvintes que compõe as categorias profissionais que prestam serviços diretamente a esse público.

Segundo o cap. II do decreto 5626 em seu Art. 3º,

> A LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
>
> § 1º. Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.
>
> § 2º. A LIBRAS constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

A regulamentação da lei por meio deste decreto visou promover uma acessibilidade que conduziria a inserção da LIBRAS para além das relações cotidianas entre as pessoas Surdas e as ouvintes. Contudo, ainda se aguarda mudanças efetivas neste cenário por meio da expansão dessa lei nas políticas de saúde, educação, trabalho, esporte, lazer, turismo e meios de comunicação, já que o acesso a LIBRAS por parte dos ouvintes na maioria dos casos só tem sido garantido pelo parágrafo 1º do Art. 3º, que propõe a obrigatoriedade do ensino da LIBRAS em cursos específicos das áreas de educação e saúde.

Pelo fato do ensino da LIBRAS ser de caráter optativo em cursos de graduação -que não pedagogia, licenciatura e fonoaudiologia, já que nesses cursos o ensino de LIBRAS é obrigatório- pouco se tem observado a promoção de acesso à LIBRAS nos demais cursos que formarão profissionais que também lidarão com Surdos em algum momento de sua prestação de serviço, além de não garantir o acesso dos Surdos nesses serviços, já que não há quem lhes atendam devido à barreira de comunicação existente.

A linguagem tem um papel fundamental para a Psicologia, pois é nela e por meio dela que todo o seu trabalho é desenvolvido. A linguagem tem a função de comunicação entre os homens que garante, como consequência, a preservação, transmissão e assimilação de informações e experiências acumuladas pela humanidade ao longo da história. É por meio da linguagem que nos tornamos capazes de nos interrogar sobre o mundo, transformando-o.

A Psicologia, campo do saber pertencente às ciências humanas e da saúde, em seu vasto campo de atuação– Psicologia Escolar/Educacional, Organizacional e do Trabalho, de Trânsito, Jurídica, do Esporte, Clínica, Hospitalar, Social, Psicopedagogia, Psicomotricidade, Neuropsicologia e Licenciatura em Psicologia- e em suas mais diversas abordagens/leituras de mundo, tais como Psicologia comportamental, analítica, fenomenológica, cognitivo comportamental, sócio histórica, psicanálise, etc., possui uma atuação direta com as áreas por onde o Surdo, como parte da sociedade, percorrerá e em todas essas pautará seu trabalho na comunicação.

Regulamentada como profissão pela Lei 4119 de 27 de agosto de 1962 e o decreto 53.464, de 21 de janeiro 1964, a Psicologia no Brasil vem se pautando como um conjunto de práticas que têm como objetivo final promover a saúde das pessoas, entendendo-a, embora com algumas ressalvas, como *"um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades"* (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE- OMS, 1946).

Ao investigar as diferentes abordagens teóricas nos campos da Psicologia, psiquiatria e psicanálise que têm orientado o estudo da surdez, BISOL et al. (2008) encontraram, nas publicações brasileiras de 1995 a 2005, a prevalência do modelo socioantropológico da Surdez como base de pensamento dos pesquisadores brasileiros na área. Costa et al (2009) ao investigar, a partir de pessoas surdas, os fatores que podem tornar inadequada a comunicação de pessoas surdas com os profissionais de saúde, constataram que o encontro entre profissionais de saúde e pacientes Surdos costuma ser marcado por dificuldade na comunicação, sendo as principais:

> 1) percepções conflituosas entre médicos e pacientes sobre surdez e deficiência auditiva; 2) percepções diferentes sobre o que se constitui comunicação eficaz (leitura labial, escrita, intérprete de língua de sinais); 3) segurança dos medicamentos e outros riscos ocasionados pela comunicação inadequada; 4) problemas de comunicação durante o exame físico e procedimentos; 5) dificuldades de interação com a equipe (incluindo pessoal administrativo), também na sala de espera; e 6) problemas com a comunicação por telefone. (COSTA et al 2009, p.02)

Assis & Santos (2005), ao buscar identificar as possíveis causas das dificuldades no atendimento psicológico à pessoa com deficiência auditiva e surdez, chegaram a quatro principais categorias: profissionais desqualificados; desinteresse na qualificação devido ao tempo; déficit na formação acadêmica do psicólogo na graduação e desconhecimento de uma rede de atendimento.

Tais resultados vêm evidenciando que, embora no âmbito acadêmico a Psicologia tem produzido muitas pesquisas que consideram o Surdo em sua singularidade e a LIBRAS como língua imprescindível para esse grupo – como pressupõe a visão socioantropológica da surdez–, tal reconhecimento não tem

gerado grandes impactos na atuação do psicólogo para além das investigações, esbarrando-se na falta de qualificação profissional dos psicólogos não só para se comunicar com Surdos, mas para compreender a temática da surdez.

Segundo o Ranking Universitário da Folha 2017, das cinco universidades mais bem-conceituadas do Brasil no curso de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Universidade de Brasília (UNB)– respectivamente, da mais bem-conceituada para a menos –, somente duas apresentam, em suas grandes curriculares disponíveis nos sites oficiais da universidade, disciplinas voltadas ao aprendizado da LIBRAS e questões relativas a surdez como possibilidade de inclusão no currículo destas como disciplinas optativas–a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade de Brasília.

Perguntamo-nos, contudo, como os profissionais de saúde, em especial os psicólogos, poderão atender a essa população se os mesmos não conhecem a realidade desta comunidade, já que pela falta de obrigatoriedade do ensino da LIBRAS a disseminação das questões que envolvem a condição do Surdo não são apresentadas a esses profissionais ainda na sua formação? Pensando nos serviços oferecidos pela Psicologia, como se tem dado o acesso do Surdo a esses contextos, tendo em vista que é a partir de uma língua partilhada entre usuário e psicólogo que a prestação de serviços em Psicologia ocorre, se a maioria dos cursos de graduação em Psicologia não capacitam seus estudantes para lidarem com a surdez?

Dada a carência de profissionais qualificados para atender a essa população em diversos âmbitos (TEDESCO & JUNGES, 2013; GOMES et al. 2017), uma das alternativas plausíveis é a intermediação do atendimento pela figura do intérprete. Tal solução, apesar de se configurar como uma excelente alternativa para atendimentos em outras áreas – quando de fato o intérprete conhece os termos técnicos da especialidade em que atuará–, no campo da atenção psicológica, tal

figura produz controvérsias, já que sua presença pode alterar questões relacionadas à ética e ao processo de atenção psicológica.

No que se refere às questões éticas, a figura do intérprete é questionada, pois a comunidade surda costuma ser conhecida entre si e, por isso, muitos intérpretes são conhecidos entre os Surdos, o que gera o risco do intérprete conhecer o usuário do serviço e saber de sua história previamente.

No que tange ao trabalho do psicólogo, foco desse estudo, o intérprete, com certeza, traria questões éticas importantes. De acordo com o Código de Ética do Psicólogo (2005);

> "É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional (art. 9º do Código de Ética Profissional do Psicólogo /2005, p. 13)".

Pode-se mencionar também o atravessamento no que nomeamos fenômenos psicológicos, uma vez que, o intérprete, sendo um terceiro no setting terapêutico, acaba por assumir uma co-atuação com o psicólogo, de modo que tais fenômenos, como transferência, contratransferência, coligações, aliança e desamparo aprendido, não ficam restritos apenas ao psicólogo e ao usuário do serviço, como afeta também o intérprete (DWEK; ALBANO & MOURA, 2012).

Por fim, pode-se dizer que o Surdo, marcado em quase toda a sua história como aquele que não só não escuta, como também não tem voz e por isso deve ser falado pelos outros – o mudo–, conquistou sua autonomia ao adquirir a língua de sinais. Deste modo, a não prestação de atendimento psicológico ao Surdo em sua língua natural seria então uma maneira de deslegitimar esse lugar de voz que o Surdo arduamente conquistou em sua história de exclusão e marginalização.

Ainda de acordo com o Código de Ética do Psicólogo (2005),

> I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural. IV. O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática. V. O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão. (PSICÓLOGO, Código de Ética Profissional do, 2005).

Assim sendo, tendo em vista a importância da língua e da linguagem para o desenvolvimento psíquico, cognitivo e social do ser humano, a importância da língua de sinais para o estabelecimento das funções psíquicas superiores de Surdos e sua adequação social, bem como o compromisso social da Psicologia com a promoção de igualdade de acesso e respeito a todas as pessoas, o compromisso com a promoção de saúde e bem-estar para todos e a busca pela eliminação de formas de negligência e discriminação, o objetivo dessa pesquisa foi refletir sobre o aprendizado de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) no curso de Psicologia, bem como o acesso do Surdo aos serviços oferecidos por este campo de atuação, a partir da percepção de professores da graduação de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP.

A hipótese que essa pesquisa parte é que esses profissionais/professores, são, também, os formadores dos futuros psicólogos e diante da sua importância no cenário nacional a sua posição e experiência acabam fazendo parte da formação de atitude e comportamento dos alunos.

2. JUSTIFICATIVA PESSOAL

Ao ingressar no curso de graduação de Psicologia pela PUC-SP, conheci esse campo das ciências humanas e da saúde, que é a Psicologia, como importante área de estudo e possibilidade profissional. Nesse mesmo período, conheci também a temática da surdez, embora não por influência da universidade.

Por interesse próprio e por falta de respaldo sobre o tema na minha graduação, busquei em cursos oferecidos por outras escolas e universidades, maneiras de aproximar-me dos conhecimentos sobre a surdez, tanto em sua perspectiva orgânica, como psicossocial. Foi nesse movimento que conheci a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e, ao estudá-la, aprendi que esta é uma língua viva, totalmente estruturada e que, por isso, exerce todas as funções de uma língua, ou seja, quando bem instaurada, proporciona o desenvolvimento cognitivo, social e subjetivo do indivíduo Surdo.

Ao tentar conciliar meu interesse sobre a surdez e a Psicologia, percebi que para proporcionar à comunidade surda o acesso aos serviços de Psicologia, necessitaria não só conhecer as especificidades dessa comunidade, como dominar sua língua e conhecer sua história. Contudo, embora a universidade em que estudo seja referência no trabalho com Surdos na área da fonoaudiologia, pouco se sabe e se discute sobre este segmento no curso de Psicologia oferecido pela mesma coordenação de faculdade.

Conhecendo um pouco mais sobre o compromisso ético do psicólogo e tomada pela causa da surdez, percebi que produzir uma pesquisa com esse tema seria um excelente modo de contribuir com os avanços acadêmicos na área, levantar questionamentos sobre o tema no corpo docente de minha universidade e, a partir disso, gerar pequenas modificações na atuação da Psicologia com Surdos, aproximando-os cada vez mais dos serviços que a Psicologia pode vir a oferecer.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Entendendo a Surdez

Para a Organização Mundial da Saúde (1989) o conceito de deficiência decorre do âmbito das estruturas ou funções psicológicas, fisiológicas ou anatômicas do indivíduo, já que existem as deficiências físicas, auditivas, visuais, mentais e múltiplas (associação de duas ou mais deficiências).

De acordo com o Art. 3º do Decreto nº 3.298/99, cuja redação foi atualizada após longas discussões no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com deficiência (CONADE), pelo Decreto nº 5.296/04, considera-se:

> I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;
>
> II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e
>
> III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)

O Art. 4º do mesmo decreto considerada pessoa portadora de deficiência auditiva aquela que se enquadra na seguinte categoria:

> Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).

Segundo censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, cerca de 9,7 milhões de brasileiros possuem deficiência auditiva (DA), o que representa 5,1% da população brasileira. Deste total, cerca de 2 milhões possuem a deficiência auditiva severa (1,7 milhões têm grande dificuldade para ouvir e 344,2 mil são Surdos), e 7,5 milhões apresentam alguma dificuldade auditiva.

3.2. Causas, tipos e graus de surdez

Segundo Mainiere (2011), a palavra surdez tem sido empregada para designar qualquer tipo de perda de audição, parcial ou total que pode ser temporária ou definitiva. Contudo, sabe-que existem diferentes tipos, graus e etiologias da surdez.

No que se refere a sua etiologia, podemos classificar as diferentes causas da surdez em duas categorias: congênita e adquirida. Segunda a mesma autora, surdez congênita é aquela adquirida na fase gestacional, podendo ocorrer devido a fatores genéticos, hereditários e condições de risco para mãe e criança (idade avançada, carência alimentar da mãe, uso de drogas, doenças infectocontagiosas, incompatibilidade sanguínea, prematuridade ou pós-maturidade do bebê, anóxia, traumas no parto, entre outros). Já surdez adquirida é aquela decorrente de problemas ou complicações após o nascimento, devido a convulsões pós-natal, permanência na incubadora, medicamentos ototóxicos em excesso, otite, caxumba, diabetes, sífilis, sarampo, meningite, traumatismos cranianos, tumores, PAIR (perda auditiva induzida por ruídos), exposição a sons impactantes (ex.: explosão), etc.

No que se refere aos tipos de perda auditiva, pode-se classificá-las em cinco categorias: condutiva, sensório-neural, mista, central ou funcional.

A surdez condutiva é caracterizada pela interferência na transmissão do som desde o conduto auditivo externo até a orelha interna (cóclea). A maioria das surdezes auditivas condutivas podem ser corrigidas através de tratamento clínico ou cirúrgico. Já a surdez sensório-neural ocorre quando há uma impossibilidade de recepção do som por lesão das células ciliadas da cóclea ou do nervo auditivo. Esse tipo de surdez é irreversível, porém pode ser remediada pelo uso de implantes cocleares ou aparelhos auditivos. A surdez mista é caracterizada pela junção entre a perda auditiva condutiva e a sensório-neural. A surdez central é a surdez decorrente da alteração nos mecanismos de processamento da informação sonora no sistema nervoso central. Por último, a surdez funcional é definida pela surdez sem lesões orgânicas no aparelho auditivo, seja ele periférico ou central. Neste caso, acredita-se que a dificuldade de entender a audição pode ser de fundo emocional ou psíquico.

Além das diferentes etiologias e tipos, a surdez pode ser caracterizada em graus de acordo com nível de perda auditiva do indivíduo em decibéis. Assim, para a audição cuja perda está a baixo de 20 dB caracteriza-se como uma perda dentro da normalidade, ou seja, não é considerada surdez. Diferentemente deste caso, perdas auditivas de 20 a 40dB são consideradas leve; de 40 a 70dB, moderada; de 70 a 90dB, severa e acima de 90dB, profunda. Assim, pode-se dizer que possui algum tipo de surdez o indivíduo que tem uma perda auditiva entre 20 e 90dB.

3.3. O Surdo e sua trajetória histórica

Para Duarte et al. (2013),

> O conhecimento e a reflexão sobre os espaços e tempos que delinearam a história dos Surdos – que vão desde sacrifícios em praças públicas, reclusão em instituições, políticas integracionistas até os discursos atuais de inclusão – ampliam a compreensão de quem é esse sujeito e revelam o quanto essa trajetória está imbricada em relações de poder (pág. 1715).

Por esta razão, realizarei aqui um breve histórico da condição do Surdo na sociedade a partir do levantamento histórico e análises realizadas por Moura (2000). De acordo com o levantamento da autora, durante o período Grego e Romano, o Surdo era visto socialmente como um ser não humano, uma vez que a fala era considerada como resultado do pensamento. Assim, o Surdo que não conseguia desenvolver a fala oral, era considerado um ser não pensante.

Na Idade Média, devido às influências da Igreja Católica na sociedade, o homem passou a ser visto como imagem e semelhança de Deus, dessa forma, os Surdos passaram a serem vistos como seres imperfeitos que não poderiam se assemelharem-se a Deus, de modo que se mantiveram marginalizados perante a sociedade. A partir deste momento, a surdez passou a ser vista como uma questão filosófica, social e religiosa.

Apesar disso, devido ao grande número de casamentos entre familiares da nobreza, que culminou no aumento significativo de nascimentos de Surdos por consanguinidade, surge então uma questão bastante conflitante para a época: tendo em vista que os Surdos não podiam recitar os sacramentos, já que não desenvolviam facilmente a língua oral, o que para o período em questão significava o mesmo que a condenação eterna, como poderiam promover a oportunidade dos filhos Surdos dos nobres serem salvos? Nasce assim, as primeiras inciativas de educação para Surdos. Essas iniciativas ocorreram por parte da Igreja, que tinha por objetivo tornar o Surdo capaz de recitar os sacramentos com objetivo de promover salvação desse grupo.

Na Idade Moderna, surgiram os primeiros estudiosos com o objetivo de educar aos Surdos. Nesse período ocorreram os primeiros relatos do uso da Língua de Sinais e de uma educação infantil pautada na utilização da língua oral e de sinais. Estudiosos como, Bartolo della Marca d'Ancona, Rodolfo Agricola, Girolamo Cardamo, Ponce de León, Juan Pablo Bonet, Jacob Rodrigues Pereire, Johann Conrad Amman, John Wallis, Thomas Braidwood e Charles-Michel de L'Epée marcaram esse período, tendo em vista as contribuições que os mesmos trouxeram para a educação do Surdo. Em geral, todos buscavam a verdadeira educação dos Surdos, mesmo divergindo entre questões como a utilização ou não dos sinais, até então "rústicos" na educação e comunicação do Surdo.

Dentre os estudiosos acima, Charles-Michel de L'Epée se tornou o educador de Surdos de maior renome no meio. L'Epée é considerado por muitos como o criador da Língua de Sinais, entretanto sabe-se que ela já existia entre os Surdos, de modo que todo o seu prestígio decorre do reconhecimento desta língua como base na comunicação entre os Surdos. Por esse motivo, L'Epée se tornou um ícone quando se trata da educação de Surdos, já que seu trabalho foi muito além do desenvolvimento de um método de educação de Surdos, ele buscou conhecer o método de comunicação utilizado por eles para, através desse conhecimento, criar um método de ensino eficaz para esse grupo sem dilacerar a sua cultura já existente.

L'Epée fundou a primeira escola pública para os Surdos no mundo: o Instituto Nacional para Surdos-Mudos em Paris. Foi a partir da criação desse instituto que os Surdos passaram a receber educação coletiva, o que era incomum na época, pois a educação de Surdos ocorria individualmente. O instituto oferecia não só educação para as classes mais ricas, como anteriormente, mas também para os Surdos de classes desfavorecidas.

A Idade Contemporânea foi marcada pelo grande número de educadores e pesquisadores que tinham por objetivo não só criar novos métodos de ensino, mas erradicar a surdez, visto que esta passou a ser considerada uma doença. Este

período destaca-se pelos experimentos realizados por Jean Marc Gaspard Itard, que se utilizava de grande crueldade para a realização de suas pesquisas que visavam a detecção da surdez, sua causa e sua cura.

Devido a essa concepção e a essas práticas, a ideia de reabilitação do Surdo tornou-se plausível. No entanto, tornava-se necessário que os Surdos estimulassem a fala através do ensino da oralização. Surgiram então duas vertentes na educação de Surdos associados a duas grandes nações: a Alemanha e a França. A vertente predominante na Alemanha, priorizava o ensino por meio da oralização em detrimento da língua de sinais, já a predominante na França, priorizava a educação dos Surdos por meio da língua de sinais.

A vertente francesa foi a vertente que se disseminou para os Estados Unidos e deu origem aos primeiros internatos norte-americanos para Surdos, cujo ensino era baseado na Língua de Sinais Francesa. Este cenário mudou, porém, após a Guerra da Secessão, pois o Estados Unidos tornou-se contra o uso de uma língua pertencente a outra nacionalidade entre Surdos americanos, uma vez que compreendiam este fato como uma depreciação da língua utilizada pela nação.

Paralelamente, surgiram estudos norte americanos sobre a língua de sinais comprovando sua eficácia na educação do Surdo. Esses estudos deram origem a dois métodos de ensino: a Comunicação Total (Bimodalismo) e o Bilinguismo. A grosso modo, a grande diferença entre um método e o outro está relacionada ao foco dado ao uso da língua de sinais. Enquanto o Bilinguismo utiliza a língua de sinais como base para o ensino, a Comunicação Total a utiliza como apoio para a língua oral.

Muito se tem falado a respeito da efetividade do ensino de Surdos por meio do Bilinguismo. O uso deste método na educação do Surdo consiste no ensino através da língua de sinais como primeira língua e da língua oral na modalidade escrita como segunda língua, o que proporciona o desenvolvimento da comunicação do Surdo em diferentes contextos, respeitando sua cultura e contribuindo para a construção de sua identidade, através de um canal de

comunicação que lhe é natural, sem negar a ele um meio de comunicação com o mundo ouvinte.

A metodologia do Bilinguismo tem chegado aos poucos ao Brasil, contudo, apesar da LIBRAS ter sido regulamentada como segunda língua oficial do Brasil por meio da lei 10.436/ 2002 e do decreto 5626/05, a legislação brasileira ainda não leva em conta a importância desta língua para mudanças significativas na educação do Surdo, como a necessidade da implantação completa da metodologia do bilinguismo em todo o cenário educacional brasileiro e não somente nas escolas especiais.

Infelizmente, a nossa legislação ainda vê a surdez como deficiência e o Surdo como incapaz, enxergando-o como quem deve se igualar aos ouvintes e não como um grupo diferente que tem como principal canal de comunicação a visão e que necessita do Bilinguismo para ser incluso de forma integral na sociedade respeitando sua singularidade.

Por decorrência disso, o Surdo, ao tentar apropriar-se de uma língua e de uma cultura que não lhe é natural, proporciona o desenvolvimento de seu estigma a partir de uma inclusão social, causando diversos estranhamentos a ele, uma vez que a real e natural adaptação do Surdo na sociedade são os dois principais fatores para a constituição de sua identidade no meio ouvinte.

No Brasil, tem-se observado que a comunicação do Surdo com o meio ouvinte se dá tanto através da língua de sinais, como da língua oral e escrita (Língua Portuguesa) e ambas contribuem para o desenvolvimento de sua identidade. Contudo, a LIBRAS possui caráter natural para o Surdo, pois sendo uma língua viso espacial, apresenta-se como a mais adequada via de acesso à sua realidade subjetiva, contrapondo-se à Língua Portuguesa que se impõe como método de normalização do sujeito por meio de vias que não lhes são naturais.

Dwek & Albano (2012) abordam como são constituídas as relações sociais do indivíduo estigmatizado (o Surdo), suas relações intersubjetivas, e o modo como o mesmo incorpora essa realidade, visto que estes são fatores primordiais para

entender-se sua demanda terapêutica, já que o reconhecimento do indivíduo estigmatizado se viabiliza primeiramente pelo estigma.

Por decorrência disso, surge um descuido em relação à surdez no que tange as necessidades básicas e capacidades de qualquer ser humano, independentemente de suas diferenças. Assim, o estigma do Surdo leva-o a ser privado de suas necessidades básicas de saúde, de educação, emprego, lazer, construção familiar, entre outras áreas da vida, de modo que este passa a viver uma vida deficiente, visto que não lhe é permitido explorar suas capacidades, nem ser atendido em suas necessidades.

Contrapondo esta realidade, a visão socioantropológica da Surdez vê o Surdo como aquele que possui uma cultura e comunidade diferente que se une por meio da língua de sinais e não como um indivíduo que compõe um grupo possuidor de uma “deficiência auditiva”. Assim, a situação do Surdo e da LIBRAS passou a ser frequentemente discutida e repensada, como forma de aquisição de conhecimento e de estar no mundo.

Um dos marcos da expansão dessa nova concepção é a já mencionada Lei 10432/2002 e o seu Decreto 5626/2005 que oficializa a LIBRAS como língua oficial brasileira e obrigam as universidades a trabalharem a questão da surdez nas áreas da saúde e da educação, se expandindo para as demais áreas e abarcando a situação do Intérprete.

Apesar deste grande avanço, na prática, ainda não é possível ver um aprofundamento dessas questões voltadas ao Surdo no âmbito acadêmico, social, trabalhista, familiar e da saúde, pois ocorre ainda em passos lentos. Nos últimos anos, intensificaram-se as discussões a respeito da surdez, educação e língua de sinais, visto que mesmo com a oficialização da língua de sinais, muitos profissionais não a reconhecem como língua, mas sim como um meio de comunicação inferior à língua oral, defendendo a oralização como melhor método de educação para Surdos.

Como consequência desta visão, a maioria dos Surdos não adquire emancipação e não participam do processo de integração social, por mais que as tentativas de sua oralização tenham por objetivo esse fim. Além disso, os avanços tecnológicos destinados a otimizar o processo de aprendizagem e integração do Surdo na cultura ouvinte são cada vez mais comuns, contudo, não são acessíveis a toda a população surda e não garantem o desenvolvimento linguístico, identificatório e cultural do sujeito Surdo.

Sendo assim, tem-se hoje um grande impasse no que tange a educação e a inclusão dessa comunidade, visto que ainda existe um conflito entre os interesses e as facilidades do sujeito Surdo e àquilo que a comunidade ouvinte espera dele e o impõe.

No âmbito do trabalho por exemplo, muitos Surdos têm permanecido em áreas de atuação de pouco reconhecimento e com poucas perspectivas de crescimento, com a justificativa das empresas de que os mesmos não possuem as capacitações necessárias para outras áreas, o que muitas vezes mascara uma postura empresarial bastante comum no que se refere a contratação de pessoas com deficiência: a integração no lugar da inclusão.

Na área da saúde muitas melhorias já podem ser vistas, em sua maioria relacionados aos avanços tecnológicos, como por exemplo a detecção precoce da surdez e a reparação da mesma por meio de aparelhos auditivos e implantes cocleares. Contudo, poucos avanços se têm observado em relação aos cuidados de saúde com o Surdo, além daquilo que sua questão auditiva demanda. Isso se dá, pois embora o Surdo tenha necessidades comuns às dos ouvintes, no que se refere a saúde, muitos equipamentos públicos, nos quais dever-se-ia oferecer atendimento bilíngue para todos gratuitamente, o Surdo não tem seu atendimento garantido de forma adequada, já que os profissionais de saúde pouco sabem sobre suas questões, ou dominam sua língua, já que existe a concepção que esses saberes cabe apenas ao médico e aos profissionais da saúde especialistas nesta área, como por exemplo, otorrinolaringologista, foniatra e fonoaudióloga.

Neste meio, surge a figura do intérprete, garantido por lei a todos os Surdos em equipamentos públicos, embora na maioria das vezes o Surdo não tenha acesso facilmente ao intérprete nos serviços, como é previsto por lei. Mesmo assim, embora os intérpretes tenham uma função de bastante importância para o Surdo, já que permite o acesso da comunidade Surda em locais onde esta não é contemplada, mascara uma outra face da questão do acesso, já que pensando que a LIBRAS é a segunda língua oficial do Brasil, percebemos que a própria população brasileira não tem acesso a uma língua oficial de seu país, o que outrora, se tivesse, a figura do intérprete talvez não fosse necessária ou pelo menos não da forma como é, já que sem ele, dificilmente a maioria dos Surdos transitam pelo seu território livremente, já que a dificuldade de comunicação entre Surdo e ouvinte caracteriza-se como uma barreira de acesso.

No âmbito educacional, embora a educação especial para Surdos tenha sido um avanço para esta comunidade, pois permite a formação deste levando em consideração suas especificidades, o que outrora não ocorria, já que o atual cenário da escola pública brasileira revela uma educação que em tese contempla a diversidade, porém na prática apenas integra e não inclui. Assim, embora as escolas especiais sejam um passo para a formação e inserção do Surdo em diferentes espaços, ela também mascara um incoerência e defasagem do nosso sistema educacional que não realiza de forma efetiva, políticas públicas que possibilitem a comunidade surda o acesso à informação, grupos de apoio, encaminhamentos necessários e assim por diante. Este fato, novamente coaduna com o dilema que envolve os intérpretes, pois já que o nosso atual modo de configuração escolar não permite a inclusão entre a população Surda e a ouvinte, dando à ambos possibilidade de acesso a um ensino de qualidade que contemple suas especificidades, se faz necessário que esta minoria seja educada de alguma forma, mesmo que para isso a melhor solução apresentada tenha que ser recorrer a segregação.

Na instância familiar, observa-se que muitos pais ouvintes não aceitam a condição de ter um filho Surdo, logo, rejeitam a língua de sinais como uma possibilidade para eles, pois ela claramente revela a condição do filho, já que é natural para o desenvolvimento da criança Surda. É sabido que maioria dos pais, quando saem das clínicas que realizam diagnóstico de surdez já ouvem falar desta numa perspectiva clínica que taxam a Surdez como uma deficiência e, assim, um fator limitante para tudo o que a criança vier a fazer. Por conta disso, são encaminhados para propostas oralistas para a educação de seus filhos, onde o que está por traz dessas propostas é a promessa de que a oralidade proporcionará ao Surdo uma “normalização”, o que traz alívio aos pais frente a realidade de seus filhos.

Contudo, isso pode trazer e vem trazendo grandes impactos negativos na relação pais e filhos, pois a oralidade atravessa totalmente o Surdo e, embora em alguns casos possa proporcionar a emancipação e a inserção do Surdo na sociedade, bem como melhorar seu relacionamento com familiares ouvintes, a maioria das famílias cujo um dos membros é Surdo nesta condição, acaba sofrendo demasiadamente pela presença de dois mundos diferentes num mesmo ambiente onde não se conversam.

Sobre esta questão, Solomon (2013) faz uma extensa revisão bibliográfica de trabalhos científicos e marcos históricos, políticos e culturais, além de narrar depoimentos de centenas de pessoas e de suas famílias, que se caracterizam por uma diferença significativa entre pais e filhos. O autor constata que este fato implica em inúmeras transformações na configuração familiar, causando na maioria das vezes sofrimento intenso para o membro diferente, pois muitas vezes ao buscar assemelhar-se e, assim, aproximar-se das expectativas familiares, devido às cobranças internas e externas que possui, frustra-se por não conseguir atendê-las e não ser aceito em sua família do modo como realmente é.

Nesta interface, o autor traz à tona a questão do Surdo, que assim como os portadores da Síndrome de Down, os anões, os deficientes físicos e mentais,

transgêneros, autistas, esquizofrênicos, gays e muitos outros, quando não se assemelham aos pais em suas características mais singulares/ marcantes, como no caso das citadas anteriormente, ou são rejeitados e desprezados, mesmo que de forma mascarada, ou passam sua vida inteira buscando meios de transformarem aquilo que são, para assemelharem-se à seus familiares, ou àquilo que esperam que eles sejam, de modo que são raros os casos em que são acolhidos e acolhem em suas diferenças.

Deste modo, a perspectiva dos familiares que criam um ideal de filho, irmão, ou neto, e têm suas expectativas frustradas ao descobrirem que esse membro é diferente e que não sabem lidar social e psicologicamente com isso, tem sido marcada pela falta de suporte que profissionais da saúde e da educação deveriam dar a essas famílias, pois são as pessoas mais preparadas para isso, em vez de aumentar significativamente o espaço entre essas relações.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Refletir sobre o acesso do Surdo aos serviços oferecidos pelo campo de atuação da Psicologia, problematizando o aprendizado de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na graduação de Psicologia.

4.2. Objetivo Específico

4.2.2. Apresentar como a formação do estudante de Psicologia da FACHS se dá em relação a cultura dos Surdos.

4.2.3. Apresentar como o conhecimento sobre surdez, identidade surda, cultura surda e LIBRAS ou a falta de têm impactado os serviços oferecidos aos Surdos no campo da Psicologia.

4.2.4. Discutir o acesso efetivo do Surdo aos serviços da Psicologia.

5. ASPECTOS METODOLOGICOS

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa *survey* descritiva, pois visa identificar como a população definida percebe a situação investigada e quais são as variações de percepção ou atitude entre os subgrupos dessa população frente ao tema em questão (PINSONNEAULT & KRAEMER, 1993 apud FREITAS et al. 2000). Essa pesquisa também se caracteriza por ser de corte transversal, já que a coleta dos dados ocorrerá em um só momento, pretendendo descrever e analisar o estado das variáveis selecionadas em um dado momento (SAMPIERI et al., 1991, apud FREITAS et al. 2000).

Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura narrativa em bancos de dados nacionais e internacionais verificando como a literatura tem avaliado a inclusão do Surdo nos serviços da Psicologia, o uso da Língua de Sinais por psicólogos e a inserção desta na formação de estudantes de Psicologia. Este levantamento teve por objetivo encontrar subsídios para criar um questionário *survey* que permitisse a coleta dos dados necessários para o cumprimento do objetivo deste trabalho.

Após a revisão e a elaboração do material de coleta que também servirá de guia de análise, realizou-se a coleta dos dados por meio de um questionário online com perguntas abertas e fechadas *(anexo b)* que foi enviado via e-mail institucional da universidade a todos os professores que no ano de realização da pesquisa lecionavam na graduação de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 124 professores *(anexo c).*

O questionário contem 32 questões (abertas e fechadas) e foi dividido em duas partes, primeira destinada a coleta de informações demográficas do público em questão e a segunda a informações sobre o atendimento ou o não atendimento de pessoas surdas em Psicologia. Na segunda parte do questionário, foram realizadas diferentes perguntas para os profissionais que já tiveram contato com

Surdos e sua prestação de serviço de atenção psicológica (*anexo b - questionário parte B)* e para aqueles que nunca o tiveram (*anexo b - questionário parte A)*. O questionário ficou aberto para respostas durante 24 dias – do dia 07 de maio de 2018 ao dia 01 de junho de 2018 - e foi enviado aos 124 professores da FACHS através de seus e-mails institucionais disponibilizados pela faculdade e *Whatsapp.* Foram recebidos o preenchimento de 34 professores, tendo tempo médio de preenchimento de 15 minutos.

O questionário foi escolhido como instrumento para a coleta de dados devido a quantidade de participantes pretendida nesta pesquisa e o tempo disponível para concretizá-la.

Este questionário permitia compreender, a partir dos professores de Psicologia, como tem se dado o acesso do Surdo nos diferentes campos de atuação desse saber, qual tem sido a parcela de profissionais desta área que tem atendido ou já atendeu algum Surdo durante sua trajetória profissional – quando isso ocorreu, em que contexto e como se deu essa prestação de serviço- , se os mesmos sentem ou já sentiram falta de um conhecimento mais aprofundado sobre a identidade Surda, a cultura Surda e suas especificidades linguísticas ao atender a esse público, bem como se percebem esta mesma realidade na formação de seus alunos, a partir de profissionais referências em suas áreas de ensino e atuação no Brasil.

Os resultados obtidos pelas questões fechadas foram tabulados quantitativamente através do método *survey*. A análise dos dados seguiu a metodologia qualitativa proposta pelo próprio instrumento de coleta e a apresentação dos dados também. Como uma forma de entender as respostas dos professores optou-se por compará-los em gráficos entre os que atendem e não atendem na busca o conhecimento sobre surdez, identidade surda, cultura surda e LIBRAS ou a falta de têm impactado os serviços oferecidos aos Surdos no campo da Psicologia. Após a realização das análises – tanto dos significados presentes nas respostas abertas coletadas, como as correlações dos dados quantitativos

obtidos –, discutiu-se os dados encontrados em relação a base teórica colhida na revisão bibliográfica e conclusões frente ao investigado.

Cabe ressaltar que, previamente à resposta do questionário, todos os participantes tomaram ciência e concordam com o termo de consentimento livre e esclarecido que se encontrava, em anexo ao questionário *(anexo a).* A pesquisa “A LIBRAS na formação do psicólogo”, foi aprovada pelo comitê de ética da PUC-SP sob o CAAE: 87320818.8.0000.5482.

6. RESULTADOS

6.1 Dados demográficos

Participaram da presente investigação 34 professores pertencentes ao curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (FACHS) da PUC-SP. Todos os participantes aceitaram os termos e condições descritos no termo de compromisso livre e esclarecido antes de iniciar o preenchimento do questionário aprovada pelo comitê de ética da PUC-SP sob o CAAE: 87320818.8.0000.5482.

Cabe ressaltar que embora os 34 tenham professores tenham aceitado a participação na pesquisa, observamos que houveram preenchimentos inadequados dos mesmos. Do total dos questionários, 3 deles não realizaram o preenchimento completo dos questionários; 2 participantes responderam apenas as informações solicitadas no termo de compromisso e 1 participante respondeu o questionário apenas na sua parte de informações demográficas. Apesar disso, manteve-se o número de participantes sem alterações.

O público alvo desta pesquisa tem idade dentro do intervalo de 25 a 74 anos de idade - 3,13% tem idade entre 25 e 29 anos, 3,13% entre 30 e 34 anos, 25% tem idade entre 35 e 44 anos, 15,63% entre 45 a 54 anos, 18,75% entre 55 e 64 anos, 34,38% dos participantes tem idade entre 65 e 74 anos.

Dos participantes, 31,35% assinalaram terem realizado graduação em Psicologia, 21,88% pós-graduação em Psicologia, 37,50% mestrado em Psicologia, 59,38% doutorado em Psicologia, 12,50% doutorado em outras áreas, 6,25% pós-doutorado em Psicologia e 3,13% pós-doutorado em outras áreas.

Dos 34 participantes, 3,23% se formou há 2 a 4 anos. 6,45% se formou há 10 a 14 anos, 12,90% está formado há 15 a 19 anos, 16,13% há 20 a 24 anos, 9,68% há 25 a 29 anos, 6,45% há 30 a 34 anos, 9,68% há 35 a 39 anos, 29,03% há 40 a 44 anos e 6,45% há 45 a 49 anos.

Dos 30 participantes que assinalaram terem realizado graduação em Psicologia, 90% realizaram-na na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 3,33% na Universidade de São Paulo (USP), 3,33% na Universidade Paulista (UNIP) e 3,33% na Universidade São Francisco. Dos 13 participantes que realizaram pós-graduação,53,85% a realizou na PUC-SP e 46,15% na USP. Dos 28 participantes que realizaram mestrado, 68,97% o realizou na PUC-SP, 27,59% na USP e 3,45% na Universidade São Marcos. Dos 26 participantes que realizaram doutorado, 76,92% o realizou na PUC-SP e 23,06% na USP. Dos 3 participantes que realizam pós-doutorado, 33,33% o fez na USP e 66,67% em Universidades Estrangeiras (Universidade de Lisboa e Universidade Autônoma de Lisboa). Além disso, dois participantes mencionaram ter realizado especializações em outras instituições, um no Instituto *Sedes Sapientiae* e outro aprimoramento CAPS Itapeva.

Em relação ao tempo de atuação, 6,25% atua como psicólogo há cerca de 02 a 04 anos, 12,50% atua de 10 a 14 anos, 9,38% atua de 15 a 19 anos, 12,50% de 20 a 24 anos, 6,25% de 25 a 29 anos, 6,25% de 30 a 34 anos, 12,50% de 35 a 39 anos, 21,88% de 40 a 44 anos e 12,5% de 45 a 49 anos.

Sobre as diferentes áreas onde atuam ou já atuaram em Psicologia, 31,25% atuou em Psicologia Escolar/Educacional, 15,63% em Psicologia Organizacional e do Trabalho, 3,13% em Psicologia do Trânsito, 9,38% em Psicologia Jurídica, 3,13% em Psicologia do Esporte, 65,63% em Psicologia Clínica, 28,13% em Psicologia Hospitalar, 3,13% em Psicopedagogia, 25% em Psicologia Social, 3,13% em Neuropsicologia, 9,38% como professor de Psicologia em Ensino Médio e 75% como professor de Psicologia em Ensino Superior.

Neste grupo, 3,13% leciona como professor de Psicologia na FACHS há 01 ano ou menos, 12,50% leciona de 02 a 04 anos, 15,63% de 05 a 09 anos, 15,63% de 10 a 14 anos, 6,25% de 15 a 19 anos, 9,38% de 20 a 24 anos, 9,38% de 25 a 29 anos, 3,13% de 35 a 39 anos, 18,75% de 40 a 44 anos e 6,25% de 45 a 49 anos.

Quando perguntados em quais disciplinas já abordaram temas relacionados à excepcionalidade em psicologia, os participantes mencionam tê-lo realizado nas

disciplinas de Psicologia e Excepcionalidade, Psicologia Social I, II e IV, Ética Profissional, Modelos de Investigação I e II, Estágio Básico I e II, Bases Epistemológicas da Psicologia I e II, Psicanálise I, II, III e IV Psicologia do Desenvolvimento I e III, Psicologia Comportamental I, II, III e IV, PMIP II e IV, Psicologia Social do Trabalho, Psicologia do Esporte, Psicologia Organizacional - Gestão de Pessoas, Desenvolvimento Interpessoal, Psicologia Construtivista, Neuropsicologia, Teoria Psicodramática, Teorias e Técnicas Psicoterápicas I, Eletiva de Autismo e Psicose, Eletiva da Educação Inclusiva, Eletiva Empregabilidade a Pessoas com Deficiência, Eletiva Família e Pessoas com Deficiência, Supervisão de Estágio e Educação, Psicopedagogia, Psicologia Organizacional, Dinâmicas de Grupo e Gestão de Pessoas, Jogos digitais, Inclusão, Exclusão Escolar: Políticas e Práticas Sociológicas do Desvio e da Deficiência II, Supervisão de Estágio Núcleo I, Núcleo II.9 (Psicoterapia Infantil), Núcleo de Psicologia e Políticas Públicas, Núcleo Psicologia Hospitalar, Núcleo Educação e Formação, Orientação Profissional, Políticas Públicas Sociais, Núcleo de Saúde Mental, Ciclo Básico de Ciências Humanas e Educação e Trabalho de Conclusão de Curso. Três professores mencionam nunca terem abordado tal tema nas disciplinas em que lecionaram.

Dos 32 participantes, 6,25% acreditam não terem sido preparados em sua formação para lidar com a multiplicidade de frentes de atuação da Psicologia na Graduação, 21,86% acreditam terem sido pouco preparado, 18,75%, razoavelmente preparado, 28,13% preparado, 25% bem preparado na graduação. Dos 32 participantes, apenas 16 realizaram pós-graduação. Desses 16, 18,75% acredita não terem sido preparados em sua formação para lidar com a multiplicidade de frentes de atuação da Psicologia na pós-graduação, 12,50% acredita terem sido pouco preparado, 25% razoavelmente preparado, 31,25% preparado e 12,5% acredita ter sido bem preparado na pós-graduação. Dos 32 participantes, apenas 28 realizaram mestrado. Desses 28, 14,29% acredita não terem sido preparados em sua formação para lidar com a multiplicidade de frentes de atuação da Psicologia

no mestrado, 21,43% acredita terem sido pouco preparado, 25% razoavelmente preparado, 21,43% preparado e 17,86% bem preparado. Dos 32 participantes, apenas 24 realizaram doutorado. Desses 24, 12,5% acredita não terem sido preparados em sua formação para lidar com a multiplicidade de frentes de atuação da Psicologia no doutorado, 16,67% acredita terem sido pouco preparado, 12,5% razoavelmente preparado, 37,5% preparado e 20,83% bem preparado. Dos 32 participantes, apenas 3 realizaram pós-doutorado. Desses 3 participantes, 66,67% acredita não terem sido preparados em sua formação para lidar com a multiplicidade de frentes de atuação da Psicologia na pós-doutorado e 33,33% acredita ter sido bem preparado em seu pós-doutorado para tal. Dos 32 participantes, 2 realizaram outras formações, 50% acredita ter sido preparado em sua formação para lidar com a multiplicidade de frentes de atuação da Psicologia e 50% acredita que não.

No que se refere ao conhecimento da Língua Brasileira de Sinais, dos 32 participantes, nenhum possui fluência ou conhecimento avançado em LIBRAS, 3,13% tem conhecimento intermediário da língua, 3,13% tem conhecimento básico, 40,63% conhece a língua, mas não tem conhecimento suficiente dela para se comunicar utilizando-a e 53,13% embora tenha ouvido falar sobre a língua, não tem conhecimento algum sobre ela.

Quando perguntados sobre o atendimento de Pessoas com Deficiência Auditiva e Surdos nos serviços de Psicologia nos quais já trabalharam, 43,75% afirma nunca ter atendido Surdos ou Pessoas com Deficiência Auditiva durante sua atuação em Psicologia, 43,75% afirmam já terem atendido Surdos ou Pessoas com Deficiência Auditiva alguma vez durante sua atuação enquanto psicólogo e 12,50% afirmam estar atendendo Surdos ou Pessoas com Deficiência Auditiva atualmente – entende-se aqui por atendimento todas as formas de prestação de serviço do psicólogo em psicologia.

6.2 Parte A – participantes que nunca atenderam Surdos ou Pessoas com Deficiência Auditiva em Psicologia

Dos 14 participantes que afirmam nunca ter atendido Surdos ou Pessoas com deficiência auditiva durante sua atuação em Psicologia, ou seja, 43,75% da amostra, apenas 12 responderam a segunda parte do questionário que continha perguntas referidas a essa temática.

Quando perguntados sobre o motivo pelos quais não atenderam Surdos ou Pessoas com Deficiência Auditiva durante sua atuação profissional, observou-se justificativas relacionadas ao não recebimento de encaminhamentos dessa demanda, nem solicitações de atendimento para esse público em suas áreas de atuação, a crença de que tal público tem buscado centros especializados *"como a Derdic"* para o atendimento, conforme tabela abaixo.

TABELA 01 – Justificativas para o não atendimento de Surdos e Pessoas com Deficiências Auditiva.
"Nenhum encaminhamento ou solicitação para tanto. Falta de habilitação".
"Nem na clínica, nem na prefeitura recebi casos de pessoas com deficiência auditiva".
"Nunca chegou! "
"Tenho trabalhado apenas na universidade".
"Acredito que as pessoas procuravam centros especializados como a Derdic por exemplo".
"Nunca tive a oportunidade de entrar em contato com esta população. "
"Pois na área que atuei não tive contato com este tipo de demanda"
"Porque nunca me procuraram"
"Não houve demanda. "
"Nunca fui procurada como psicóloga e nunca tive aluno com deficiência auditiva"
"Nunca fui procurada por pessoas com deficiência auditiva. "
"Não fui procurada por ninguém com esta deficiência, em consultório particular e na Clínica-Escola da PUC. "

Nesse grupo de participantes que nunca atenderam Surdos em sua trajetória profissional em Psicologia, 100% acreditam não terem sido habilitados durante suas formações para atender pessoas com deficiência auditiva/ Surdos em sua área de atuação e não se sentem preparados atualmente para atender pessoas com deficiência auditiva ou Surdos nas mesmas frentes.

Em relação ao atendimento de pessoas com deficiência auditiva e Surdos, dos 12 participantes que completaram o questionário, 91,67% vê fragilidades em sua formação para realizar tal atividade e 8,335 não vê fragilidades em sua formação.

Pensando na grade curricular de Psicologia da FACHS, 41,67% acreditam que as disciplinas do curso ajudam os alunos a trabalharem com pessoas com deficiência auditiva/ Surdos, enquanto que 58,33% acreditam que a grade curricular não ajuda.

Quando perguntados sobre sugestões para lidar com as fragilidades do curso de Psicologia da FACHS para lidar com pessoas com deficiência auditiva e Surdos, os participantes sugerem:

TABELA 02 – Sugestões dos profissionais que nunca atenderam Surdos e Pessoas com Deficiência Auditiva para lidar com as fragilidades do curso de Psicologia da FACHS da PUC-SP em relação a essa temática.
"Talvez disciplinas técnicas no ensino de LIBRAS, entendimento e/ou condutas frente a necessidades especiais - cegos, Surdos, cadeirantes, por exemplo. "
"Com obrigatoriedade de LIBRAS e debates sobre cultura/identidade surda. "
"Quando o aluno consegue fazer leitura labial, isto facilita um tanto. Acredito realmente que seria importante termos capacitação em LIBRAS, ao menos para o básico, ou a presença de tradutor de LIBRAS nas aulas destes alunos. "
"A universidade deveria oferecer algum preparo para os professores e fornecer condições para os alunos. Não tenho clareza sobre uma sugestão especifica".
"Cursos e disciplinas afins".

“É preciso implementar a pratica de atendimento. ”
“Ensinar LIBRAS, mas acho que tem o curso disponível, não tenho certeza. ”
“Não creio que haja fragilidades. Vide resposta acima. ”
“Possibilidade de mais estágios obrigatórios. ”
“Acho que a universidade deveria oferecer como curso não pago para quem tivesse interesse, fora da grade curricular. ”
“Não tenho sugestões. Como disse anteriormente, não há como formar um aluno qualificado para atender à tantas possibilidades inerentes à profissão de psicólogo. O Curso de Psicologia tem uma parte "porosa" na grade curricular (eletivas, estágios etc.) e possibilidades de pesquisa (IC) que podem ser direcionadas a essa e a outras demandas que se apresentam na vida profissional. ”
“Através do auxílio de professores especializados, construir metodologias que incluam disciplinas eletivas, atividades curriculares e extracurriculares que tratem diretamente sobre o tema. ”

6.3 Parte B – participantes que atendem ou já atenderam Surdos ou Pessoas com Deficiência Auditiva em Psicologia

A parte B da segunda parte do questionário foi respondida por 19 participantes, sendo 14 que afirmam já terem atendido Surdos ou Pessoas com Deficiência Auditiva durante sua atuação em Psicologia e 4 estão atendendo Surdos ou Pessoas com Deficiência Auditiva atualmente.

Dos 19 professores que atendem ou já atendeu Surdos ou pessoas com deficiência auditiva durante sua atuação em Psicologia, 73,68% já atenderam Pessoas com Deficiência Auditiva e 42,11% atenderam Surdos, o que nos sugere que alguns pesquisados responderam para cada uma das situações.

Para esses atendimentos, 68,42% afirmam terem utilizado a Língua Portuguesa em sua modalidade oral para se comunicar com Surdo e/ou Pessoas com deficiência auditiva, 21,05% utilizou a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, 26,32% gestos e mímicas, 10,53% Português Sinalizado, 5,26% LIBRAS e 36,84% afirmam ter utilizado outros métodos para se comunicar com o usuário de seu serviço.

Quando solicitados para explicitar como foram realizados tais atendimentos, citados foram:

TABELA 03 – Relato sobre a forma como ocorreram os atendimentos de Surdos e Pessoas com Deficiência Auditiva.
“O atendimento ocorreu num serviço público. Era um casal que estava desesperado. Peguei papel e caneta e, por gestos, perguntei se eles sabiam escrever. A resposta foi "não". Lembrei-me de uma moça que vendia quentinhas para o pessoal que trabalhava neste serviço e que uma vez comentou que sabia se comunicar por LIBRAS. Pedi para o segurança da instituição ir atrás dela. Dessa forma consegui que ela fosse minha mediadora na conversa com o casal que estava numa condição de alta vulnerabilidade.”
“Leitura labial”

“Isso foi há 20 anos atrás, se usava linguagem brasileira de sinais e não LIBRAS como é feito hoje. ”
“Na época em que tive a experiência de atendimento a LIBRAS estava sendo implantada. Como me afastei da DERDIC, minha clínica particular tomou outros rumos em termos de clientela. ”
“Na sala de aula era organizada em círculo de forma a propiciar leitura labial pelo aluno. Os colegas foram instruídos a falar mais lentamente e sempre ao alcance visual do aluno”
“Tradutor”

Em relação ao momento que esses atendimentos foram realizados, apenas 10.53% dos casos estão com o atendimento em andamento, 26,32% ocorreu há mais de um ano, 10,53% há mais de 5 anos, 15,79% há mais de 10 anos, 10,53% há mais de 20 anos e 26,32% mencionaram a opção outros - sendo especificado:

TABELA 04 – Relatos sobre os momentos em que os atendimentos de Surdos e Pessoas com Deficiência Auditiva ocorreram.
“Há 6 meses”.
“Afastei-me da DERDIC em 2017, mas por um tempo ainda continuei a atender Surdos e Pessoas com Deficiência Auditiva, assim como supervisionei atendimentos psicoterapêuticos e de grupo de pais a psicólogos recém-formados. ”
“Trata-se de atendimentos a estudantes no trabalho de coordenação do curso de Psicologia ou do ensino em Psicologia”
“Não foi atendimento, foi aula. Há dois anos”

Quando perguntados sobre as áreas onde tais atendimentos foram realizados, 10,53% relatam ter ocorrido em Psicologia Organizacional e do Trabalho, 15,79% em Psicologia Clínica, 68,42% lecionando como Professor de Psicologia no Ensino Superior e 21,05% em outras áreas, sendo apenas 3 especificadas:

TABELA 05 – Especificações das áreas "Outras" em que o atendimento de Surdos e Pessoas com Deficiência Auditiva ocorreram.
"Prestava serviço para uma ONG que nesta instituição representava a Secretaria Estadual da Criança, Família e Bem-Estar Social. As demandas que atendíamos eram da ordem da saúde e da assistência social".
"Não sou psicólogo".
"Estágio na DERDIC".

De todos os participantes que atendem ou já atenderam Surdos e pessoas com deficiência auditiva, 63,16% deles afirmam terem encontrado dificuldades na realização do atendimento e 36,84% afirmam não terem encontrado dificuldades. No que se refere a facilidades no atendimento, 52,63% afirmam terem encontrado facilidades na realização do atendimento e 47,37% afirmam não terem encontrado facilidades.

Dos 19 professores, 94,74% acreditam não ter sido habilitado para tal atendimento durante a sua formação para atender pessoas com deficiência auditiva/ Surdos em sua área de atuação e apenas 5,26% acredita ter sido habilitado durante a sua formação para tal atendimento. Ainda sobre essa questão, dos 19 participantes, apenas 15,79% se sentem preparados para atender pessoas com deficiência auditiva ou Surdos em Psicologia, sendo que 84,21% não se sente preparado para tal atividade.

Em relação ao atendimento de pessoas com deficiência auditiva e Surdos, 21,05% não vê fragilidades na sua formação, enquanto que 78,95% vê fragilidades. Contudo, pensando na grade curricular de Psicologia da FACHS, 31,58% acredita que as disciplinas do curso de Psicologia da FACHS no qual lecionam ajudam os alunos a trabalharem com pessoas com deficiência auditiva/ Surdos, enquanto que 68,42% acreditam que não os ajuda.

Dentre as sugestões para lidar com as fragilidades do curso no que se refere ao trabalho com pessoas com deficiência auditiva e surdez estão:

TABELA 06 – Sugestões dos profissionais que atenderam Surdos e/ou Pessoas com Deficiência Auditiva para lidar com as fragilidades do curso de Psicologia da FACHS da PUC-SP em relação a essa temática.
"Alguma disciplina semestral que abordasse essa questão. "
"Acho que o estabelecimento de disciplinas eletivas relacionadas; o debate dentro dos departamentos sobre dificuldades e manejos possíveis; e principalmente um projeto específico que norteie o corpo docente na condução de suas dificuldades. "
"Penso que as necessidades especiais, inclusive as relacionadas a audição, deveriam ser tomadas como um assunto a ser abordado no currículo em diferentes momentos e diferentes disciplinas. Um Bom tema a ser analisado em uma revisão curricular. "
"Na verdade, penso que deficiência auditiva e surdez é apenas parte da questão. Acredito que cada vez mais os profissionais devem estar preparados para lidar com pessoas com deficiências: auditiva/surdez, visual, física, mental.... Dada a proposta das diretrizes curriculares nacionais de formação generalista do/a psicólogo/a, acho complicado pensar que o curso deve contemplar algo tão específico na formação. Como defendo que profissionais de qualquer área devem saber lidar com pessoas com deficiência, talvez a solução seja uma disciplina oferecida para todos os cursos da Universidade, além da realização de workshops semestrais voltados para esta temática. "
"O curso poderia envolver o treino explícito de estratégias de comunicação com pessoas com deficiência auditiva e talvez até o ensino de LIBRAS para a comunicação com Surdos. "
"Abordar a questão em todas as disciplinas. "
"Esta pergunta demanda resposta muito mais complexa pois envolve perspectivas muito distintas. Tenho pesquisado e orientado dissertações e teses sobre a educação de alunos Surdos, na contraposição da perspectiva que considera a existência de uma "cultura surda" em antagonismo com a "cultura ouvinte", com trabalhos publicados desde a década de 1990 que estão disponíveis caso haja algum interesse em conhecê-los. Como ponto de partida, considero que, nos dias de hoje, com o avanço do implante coclear e processos intensos de habilitação auditiva com excelentes resultados, o curso deveria incorporar tanto a perspectiva denominada bilíngue quanto a que atua no desenvolvimento da linguagem oral. Por outro lado, considero que todas as deficiências

mereceriam uma formação especializada de qualquer profissional que fosse atuar diretamente com eles, mas que tal formação é impossível de ser incorporada a um curso de graduação demandando, portanto, cursos posteriores a ela (especialização, mestrado profissional, etc.). ”
“Introduzir disciplina que trate das várias deficiências com as quais o aluno poderá vir a se defrontar, desenvolvendo um repertório de "sensibilidade" às características específicas daquele com quem se defronta de maneira a poder atuar de maneira a planejar as melhores condições para atingir seus objetivos. Embora no caso do Surdo o conhecimento específico de LIBRAS seja habilidade relevante, não sei se seria o caso de introduzir no curso disciplina específica com este conteúdo. ”
“Formação do corpo docente. ”
“Quem disse que o curso é frágil porque não tem ensino de LIBRAS? ”
“Acessibilidade, disponibilidade de recursos, tecnologias assistivas e romper barreiras culturais”
“Não tive essa experiência na FACHS, não posso opinar”
“Aumentar a disciplina de Excepcionalidade para 1 ano e oferecer eletivas. ”
“Penso que devemos aprofundar o debate desse tema, das questões da pessoa com deficiência e da acessibilidade em muitos espaços do curso e elaborar e assumir institucionalmente ações para sua qualificação. ”
“Oferecer o curso de LIBRAS a todos os interessados em aprendê-la e ser disciplina obrigatória no curso de Psicologia. Que a universidade forneça orientações sobre como um professor deve proceder se tiver em sua sala de aula um Pessoas com deficiência auditiva. ”
“Não sei se eu poderia dizer que o curso em si apresente fragilidades. Disciplinas eletivas têm abordado como lidar com deficiências, e a Universidade tem oferecido curso de LIBRAS para os profissionais que identificarem a necessidade de conhecer essa língua.”
“Não acredito que um curso possa. Iodar de todas as deficiências, e a postura desenvolvida durante o curso para lidar com o ser humano já é um bom começo, que leva os alunos a buscarem recursos de acordo com os desafios profissionais que encontram”.

“Os professores precisam ser sensibilizados a pensar que todas as disciplinas têm relação com as pessoas com deficiência. O conteúdo precisa ser incluído em um número maior de disciplinas. ”

6.4 Comparando as partes A e B

Ao comparar os professores que atendem atualmente ou já atenderam Surdos/ Pessoas com deficiência auditiva e os professores que nunca atenderam tal público observa-se que:

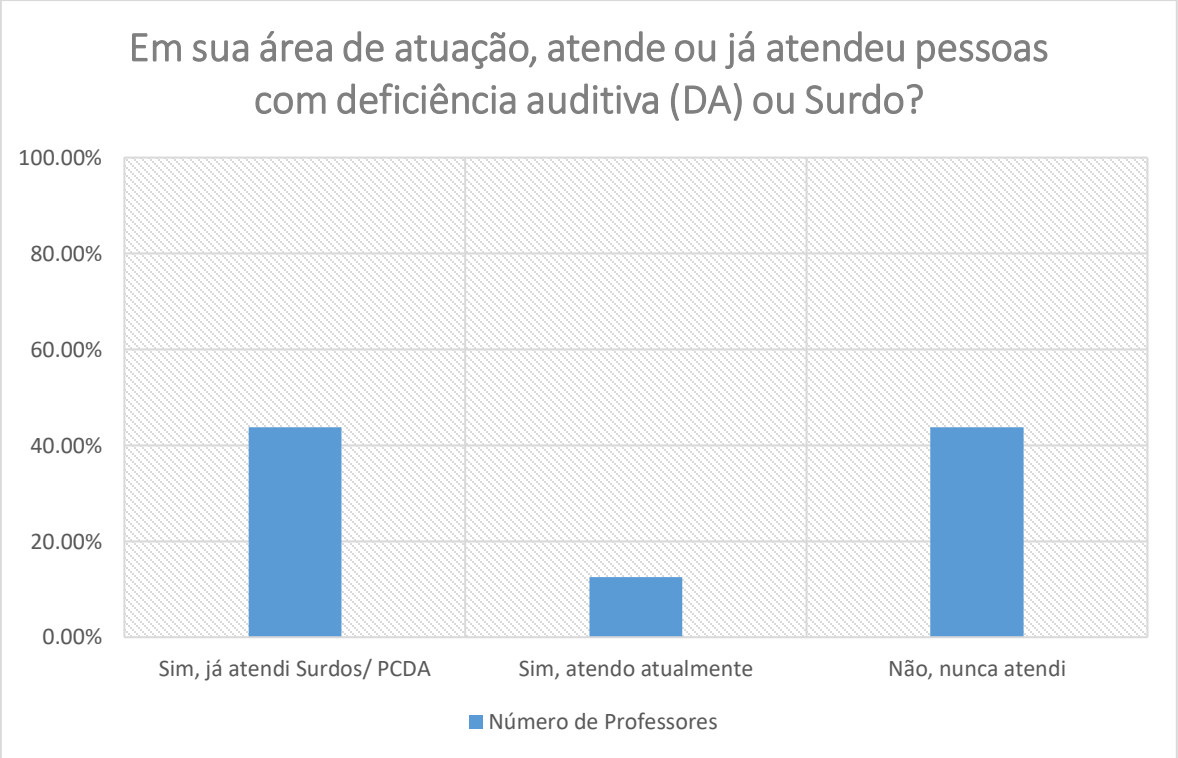

Gráfico 01- Atendimento de Surdos e Pessoas com Deficiência Auditiva.

Grande parte dos profissionais já receberam esse público durante sua trajetória profissional na prestação de serviço em psicologia.

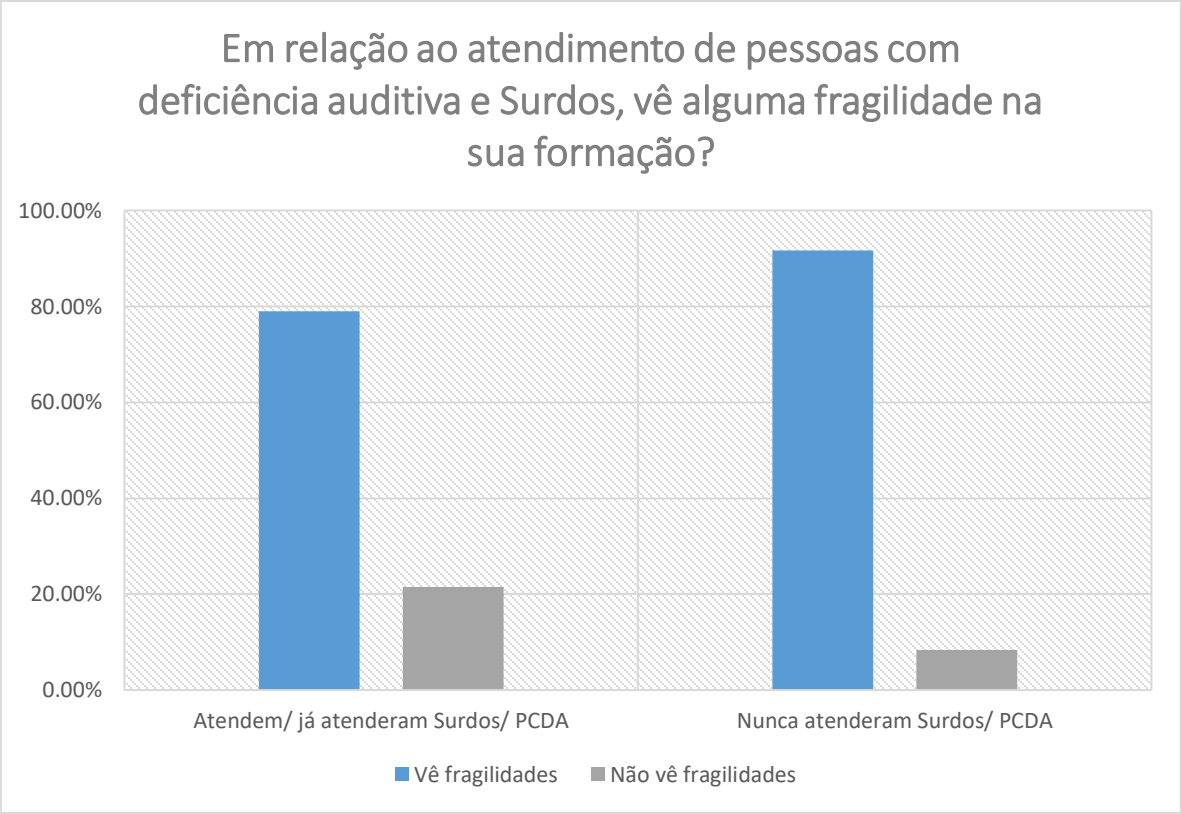

Gráfico 02- Fragilidades na formação.

A maioria dos professores que atendem ou já atenderam esse público e a maioria dos professores que nunca os atenderam veem fragilidades em suas formações, embora àqueles que nunca tiveram contato com tal demanda enxerguem mais fragilidades em sua formação do que os que em algum momento tiveram contato com esse público em psicologia.

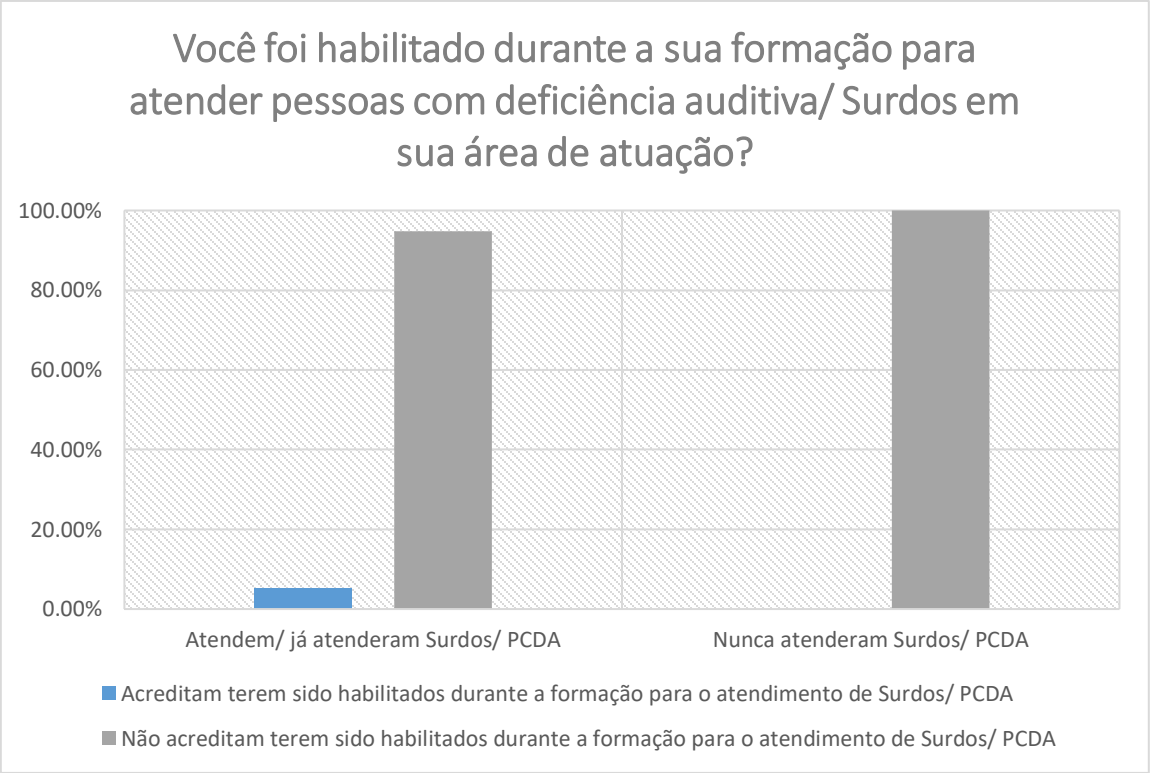

Gráfico 03- Habilitação para o atendimento de Surdos e Pessoas com Deficiência.

Todos os professores que nunca o atenderam Surdos e pessoas com deficiência auditiva em sua trajetória profissional e a maioria dos professores que atendem ou já atenderam a esse público acreditam não terem sido habilitados durante sua formação para o atendimento dessa demanda. Vê-se novamente que àqueles que nunca tiveram contato com tal demanda acreditam majoritariamente não terem sido preparados durante a formação para o atendimento de Surdos e pessoas com deficiência auditiva, enquanto alguns participantes que em algum momento teve contato com esse público em psicologia acredita ter sido preparado para tal atendimento durante sua formação profissional.

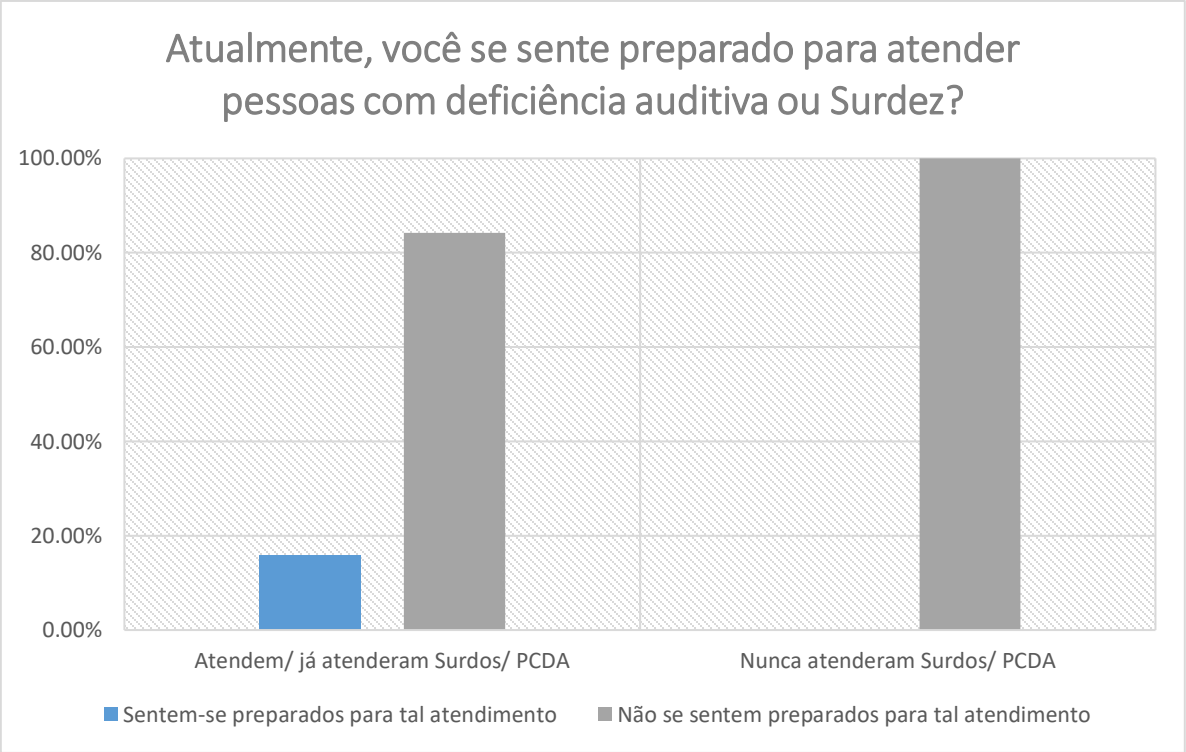

Gráfico 04- Preparação para o atendimento.

Todos os professores que nunca o atenderam a esse público em sua trajetória profissional em psicologia e a maioria dos professores que atendem ou já atenderam a esse público acreditam não se sentem preparados atualmente para o atendimento dessa demanda. Vê-se novamente que àqueles que nunca tiveram contato com tal demanda sentem-se menos preparados durante a formação para o atendimento de Surdos e pessoas com deficiência auditiva que os que em algum momento tiveram contato com esse público em psicologia. Contudo, observa-se que o número de participantes dentro do grupo que já teve contato com esse público e sentem-se preparados para atendê-los é muito pequeno.

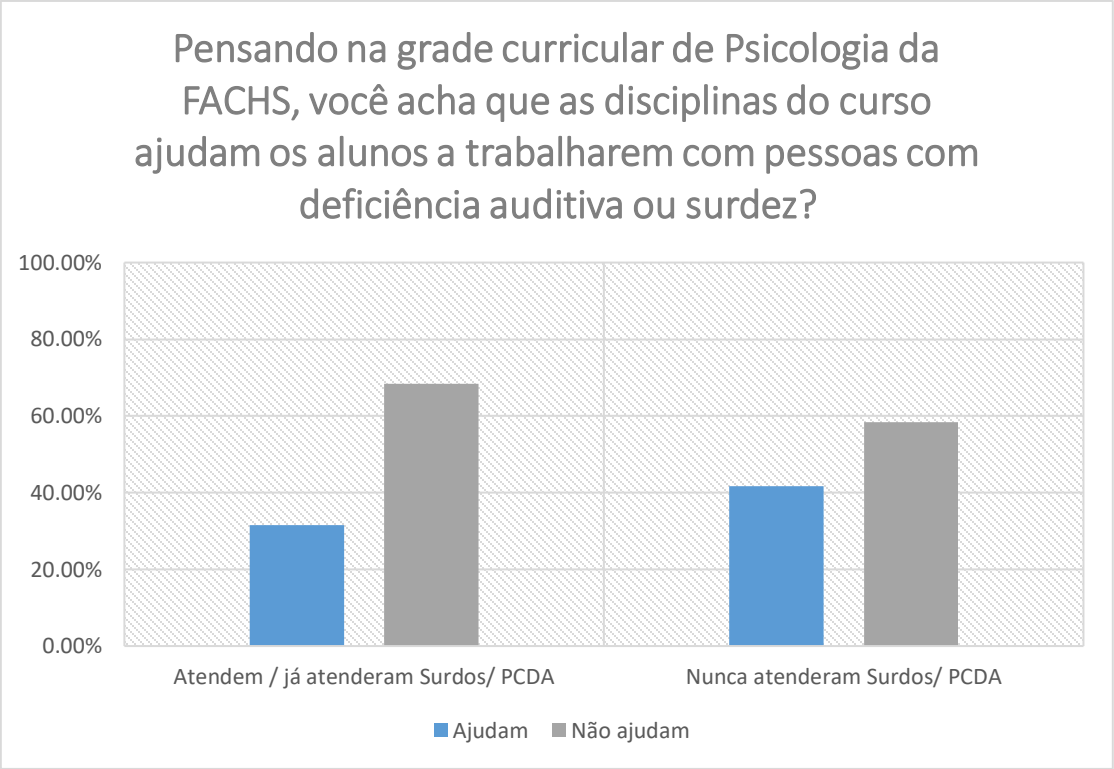

Gráfico 05- Pensando na grade curricular de Psicologia da FACHS.

Mais da metade dos participantes de ambos os grupos acreditam que o curso de Psicologia da FACHS da PUC-SP não auxilia seus alunos à atenderem as demandas da surdez. Contudo, se compararmos a parcela do grupo que já teve contato com esse público e a parcela que nunca teve contato, percebe-se que uma parcela maior dos professores que nunca atenderam esse público em sua trajetória profissional e a maioria dos professores que atendem ou já atenderam a esse público acreditam que o curso de Psicologia da FACHS auxilia seus alunos a lidar com essa demanda.

7. DISCUSSÃO

Para a realização desta investigação, foram convidados os 124 professores que atualmente lecionam na graduação de psicologia da FACHS a responderem o questionário desta pesquisa. Contudo, apenas 34 professores aceitaram participar do estudo em questão. Entendeu-se a não participação dos professores como uma realidade que, via de regra, se apresenta na faculdade, mas talvez uma explicação possível seria de que os professores, que não responderam, não possuem contato com a surdez e, por essa razão, se abstiveram de participar da pesquisa. Enquanto que aqueles que desta participaram, tendo contato direto ou não com Surdos ou pessoas com deficiência auditiva, de alguma maneira possuíam algum conhecimento sobre que os incitou a contribuir com o tema e a partir de suas participações nela.

A presente investigação contou com um grupo de participantes heterogêneo que se configura como um grupo representativo da classe de psicólogos, uma vez que contempla participantes de diferentes idades, com diferentes anos de formação e atuação, que apesar de terem em comum o fato de serem formados em psicologia e lecionar disciplinas na faculdade de psicologia da PUC-SP, atuam com enfoques e em áreas distintas da psicologia, visto que, embora a maioria dos participantes possuam idade entre 65 e 74 anos, estejam formados há 40-44 anos e sejam formados como doutores em psicologia, há neste grupo participantes com outros graus de formação, idades menos e mais avançadas, com mais ou menos anos de experiência laboral e grande variedade no que se refere ao tempo de atuação como professor de psicologia, já que neste grupo há professores que têm como tempo de casa na universidade 02 a 04 anos e 40 a 44 anos.

Esses participantes são em sua maioria graduados e especializados em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o que para esta pesquisa configura-se como item bastante importante, já que trazem em seus

apontamentos atravessamento de suas percepções sobre o fenômeno observado, não só a partir de suas vivências enquanto professores de Psicologia da FACHS, mas também como ex-alunos da mesma universidade cujo currículo tem estado como foco de análise neste trabalho.

Sabe-se que o psicólogo configura-se como um profissional que visa e tem como compromisso social, promover a saúde de seus atendidos, sem excluir qualquer grupo ou pessoas, sendo saúde a resultante da influência de fatores sócio econômicos-culturais, tais como alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade e acesso a serviço de saúde (SANTOS E SHIRATORI, 2004), embora atue em diferentes áreas que não somente no contato direto com a área da saúde. Nesse sentido, a presença de um grupo com atuações em áreas heterogenias é de grande valor, pois nos permite compreender de forma global como tem sido a promoção da saúde para Surdos e pessoas com deficiência auditiva na psicologia em suas diversas facetas.

O grupo amostral dessa pesquisa, apesar de em sua maioria ter atuado profissionalmente em Psicologia Clínica, apresenta-se também como um grupo que vivenciou experiências profissionais em distintas áreas de atuação da psicologia, tais como Psicologia do Esporte, do Trânsito, Escolar/Educacional, Organizacional e do Trabalho, Hospitalar e Social, e claro todos têm experiência na educação e formação em Psicologia no ensino superior. Por esta razão, pode-se afirmar que eles se apresentam como um grupo bastante representativo da realidade dessa classe de profissionais e sua relação com o atendimento de pessoas com deficiência auditiva e surdez.

Investigando os fatores que podem tornar inadequada a comunicação de pessoas surdas com os profissionais de saúde, Costa et al (2009) constataram que o encontro entre estes profissionais e os usuários Surdos costuma ser marcado por dificuldade na comunicação, em especial devido a percepções conflituosas sobre surdez e deficiência auditiva e percepções diferentes sobre o que se constitui uma comunicação eficaz. Assim, possuir um grupo heterogêneo como esse, nos permite

verificar o quão atravessado tem sido o atendimento do Surdo em psicologia, independentemente do serviço buscado nesse encontro.

Dada a constatação dos autores, percebe-se que o conhecimento sobre as diferentes teorias que versam sobre a surdez e as variáveis que perpassam o atendimento de um Surdo e de uma pessoa com deficiência auditiva é imprescindível para a prestação de um serviço de qualidade por parte do psicólogo para esse público. Nesse sentido, o conhecimento da multiplicidade de frentes de atuação da psicologia é um fator muito importante, já que a partir dele torna-se possível a discussão da temática da Surdez, seja esta discussão superficial ou aprofundada.

Versando sobre isso, a maioria dos participantes creem que foram preparados na graduação para lidar com essa multiplicidade da psicologia em sua atuação. Contudo, percebe-se uma queda nessa preparação no modo como os participantes veem e avaliam suas formações posteriormente a graduação. Pode-se inferir que isso ocorre, pois em geral, pós-graduações lato sensu e stricto sensu costumam ser formações muito mais específicas em seu tema do que generalista e, ainda que sempre haja espaço para tratar da excepcionalidade dentro do tema especifico em psicologia, entende-se a diminuição da presença deste tema em formações mais especializadas.

Por essa razão, entendeu-se, nessa pesquisa, que de fato tem sido na graduação o momento em que os psicólogos têm obtido maior contato com a multiplicidade de frentes em psicologia, configurando-o como momento ideal para se trabalhar a temática da Surdez, já que este, assim como menciona um dos participantes, deve ter um caráter generalista e, por tanto tenha espaço para tal.

De acordo com esse participante, “...dada a proposta das diretrizes curriculares nacionais de formação generalista do/a psicólogo/a, acho complicado pensar que o curso deve contemplar algo tão específico na formação...” focar na graduação um tema tão específico como o da surdez pode parecer uma medida contra o objetivo para qual a graduação se propõe, capacitar o estudante de

psicologia a ser psicólogo nas diversas frentes que este tenha por interesse atuar. Contudo, estudos sobre a atuação de profissionais da saúde com Surdos e pessoas com deficiência auditiva, mostram que se faz urgente abordagem, mesmo que sem muita profundidade, deste tema ainda na graduação dos profissionais de saúde.

O fato de uma parcela dos participantes terem realizado atendimento de Surdos, porém nenhum deles possuírem um nível avançado ou fluente em LIBRAS para estabelecer uma conversação minimamente adequada com esse público, mostra-se como fator bastante preocupante, já que o Surdo – e não a pessoa com deficiência auditiva – possui uma língua própria e deveria ter possiblidades de expressar-se nela durante tais atendimentos.

Em nossa sociedade, a língua oral é imperativa, e consequentemente, existe um movimento que leva todos que fazem parte dela se adequarem aos seus meios de comunicação, independentemente de suas possibilidades, incluindo os sujeitos Surdos. Por decorrência, muitos profissionais que trabalham com esse público não reconhecem o status de língua que de fato a LIBRAS possui (Dizeu & Caporali, 2005), de modo que muitos a consideram como uma forma de comunicação alternativa para os Surdos que não conseguiram desenvolver a língua oral e não como uma língua no qual tais sujeitos constituem sua identidade e que, portanto, deve ser apropriada também pelos profissionais ouvintes na prestação de serviços a esse público.

No caso dos atendimentos realizados pelos participantes dessa pesquisa que já tiveram contato com esse público, embora não tenha sido explicitado o modo como todos os atendimentos ocorreram, percebe-se que em algum momento estes foram comprometidos pela dificuldade de comunicação existente entre Surdos e ouvintes, uma vez que o trabalho do psicólogo é feito através da comunicação e quando ela não se dá numa via comum para os dois agentes da conversação, torna-se comprometida e vê-se que os atendimentos realizados em sua maioria não utilizaram uma via de comunicação efetiva para tal.

De acordo com Levino et al. (2013), as barreiras de comunicação existentes entre profissionais da saúde e pacientes Surdos podem pôr em risco a qualidade da assistência ofertada, fazendo urgente a adequação do currículo das escolas superiores de ciências da saúde, para contemplar as habilidades necessárias ao acolhimento desse público. Observa-se que neste grupo, embora haja profissionais que atenderam usuários Surdos, não houve nenhum profissional com fluência em LIBRAS nesses atendimentos. Entendemos que negar que o Surdo tenha acesso a um serviço em sua própria língua é contribuir para a manutenção de estigmas, para o qual a psicologia como profissão se propõe fazê-lo (vide o código de ética do psicólogo), em contrapartida, neste mesmo grupo, apesar de não a usar, todos possuem minimamente algum conhecimento sobre a língua, o que nos permite criar a hipótese de que durante sua formação em algum momento esses profissionais entraram em contato com a LIBRAS.

Nos dias de hoje, o saber da existência da LIBRAS por parte dos profissionais de saúde configura-se como um grande avanço em termos de promoção de acesso a essa população, todavia este conhecimento sozinho não garante um atendimento adequado e, ou um tratamento bem-sucedido para Surdos e pessoas com deficiência auditiva. Para tal, é necessário a promoção de um conhecimento sobre surdez e cultura Surda, pois é a partir desse conhecimento que se desmistifica a barreira de comunicação existente nesse contexto. Sem o devido conhecimento sobre a história da Surdez, a diferença entre Surdos e Pessoas com Deficiência Auditiva, a importância da LIBRAS e da comunidade Surda na constituição da identidade do Surdo, dentre outros aspectos, tais profissionais não estarão minimamente habilitados para reconhecer que não possuem as condições adequadas para atender à esse público e realizar um encaminhamento adequado para que estes possam ser contemplados por outros profissionais capacitados em suas especificidades.

Quando perguntados sobre o atendimento de Surdos e Pessoas com Deficiência Auditiva nos serviços de Psicologia nos quais já trabalharam, o fato de

43,75% da amostra afirmar nunca ter atendido esse público durante sua atuação, enquanto que 56,25% afirmam que os atendem ou já os atenderam alguma vez durante sua atuação profissional, mostra-nos que este público tem buscado serviços em psicologia. Contudo, as respostas dos participantes que já atenderam ou atendem atualmente a esse público mostram-nos que existe uma clara diferença de acesso entre Surdos e pessoas com deficiência auditiva nos serviços da psicologia.

Pode-se inferir que tal dado relaciona-se com o fato de que existe uma expectativa social, familiar e às vezes do próprio sujeito com perda auditiva, de normalizar-se e tornar-se ouvinte. Assim, quando este identifica-se como pessoa com deficiência auditiva e adquire certa compreensão e expressão na oralidade, esta passa a ser considerado normal, o que lhe permite acesso e o incluem em muitos outros meios que pessoas com perda auditiva sinalizadores – Surdos– não possuem devido a barreira da comunicação e o estigma da surdez.

A Lei n° 10436 de 24 de abril de 2002, teve por objetivo promover minimante a entrada do Surdo em diferentes contextos sociais, de modo que este pudesse circular por diferentes territórios, ser acolhido em suas especificidades e ocupar tais espaços através da LIBRAS. Contudo, vê-se dificuldades de acesso ao Surdo em ambientes muito básicos, tais como à educação e a saúde. Pode-se imaginar o quão truncado fica o acesso do Surdo a serviços de lazer, cultura, trabalho, entre outros ambientes onde o psicólogo também está inserido.

No que se refere a saúde, percebe-se que o Surdo vem sendo cuidado somente no que tange a sua perda auditiva. O estigma da surdez, faz com que esse indivíduo seja visto apenas em sua deficiência. Assim, qualquer cuidado que esteja relacionado ao Surdo passa pela questão da perda auditiva, porém não como mais um fator a ser considerado como variável importante e atravessadora em sua vida, mas sim como seu único meio para cuidado em saúde. Como resultado, vemos essa população sendo atendida somente em centros referenciados para

atendimento em Surdez, que são especializados somente no que se refere aos cuidados auditivos.

A crença, também mencionada por meio da fala de um dos participantes dessa pesquisa, de que esse público tem buscado centros de referência de atendimento em surdez, como a DERDIC-PUC/SP, para o atendimento em saúde mostra que há o desconhecimento sobre a função de centros de referência como este, bem como a fantasia do profissional, também presente no senso comum, de que a única necessidade do Surdo em saúde é a própria perda auditiva e, por isso, devem receber cuidados somente no que se refere a ela. A partir dessa visão, não é de se surpreender que o Surdo não tenha acesso a saúde básica ou especializada em outros segmentos que não relacionados a sua perda auditiva.

Pensando nessa questão, nos perguntamos porquê grande parte da amostra, que é composta por psicólogos que atendem em áreas de saúde – seja no trabalho clínico, na área hospitalar ou interdisciplinarmente em saúde pública – mencionam não terem recebido tal demanda em sua área de trabalho. Percebe-se que o ciclo de exclusão social do Surdo e pessoas com deficiência auditiva se mantém e se retroalimenta, já que este público não tem acesso a esses serviços por não ter profissionais capacitados para atendê-los, ao mesmo tempo em que os profissionais não se capacitam, pois não tem contato com essa demanda, logo não se sensibilizam para a necessidade de tal habilitação.

Sabe-se que o acesso desse público aos diversos serviços tem sido restrito, também, por conta da barreira linguística. Para o grupo que nunca atendeu pessoas com deficiência auditiva ou Surdos em sua atuação profissional em psicologia, um dos motivos por ele atribuídos para este não atendimento é o não recebimento de encaminhamentos dessa demanda em suas áreas de atuações. Nesse sentido, o Surdo esbarra-se novamente na barreira de comunicação existente entre Surdos e ouvintes, o que lhe impede de ocupar diferentes espaços em seu território e usufruir de serviços que uma pessoa na condição de ouvinte pode usufruir sem dificuldades, por não encontrar profissionais habilitados para atendê-los.

Nesse sentido, uma formação que aproxime os psicólogos à essas questões é de extrema importância para promover o acesso dessa população aos serviços de psicologia, de modo que quando estes buscá-los, estejam minimamente capacitados para encaminhá-los para profissionais que possam contemplar de forma adequada suas necessidades.

Há também, nesse contexto, a possibilidade da inclusão da figura do intérprete como mediador entre o atendido e o psicólogo. Contudo, embora esta figura seja assegurada por lei, vê-se que na prática a oferta de intérpretes para atendimentos em diversas áreas sociais tem sido bastante truncada, já que é escasso o número de intérpretes bem capacitados para interpretar em ambientes que demandam vocabulários específicos das áreas onde se está prestando o atendimento, bem como a grande demanda de solicitações de Surdos para esses atendimentos.

Há também uma série de controvérsias no que diz respeito a inclusão de intérpretes no atendimento psicológico, dado que essa figura terceira no setting, pode afetar fenômenos comuns no trabalho do psicólogo. Embora existam essas controvérsias, questiona-se aqui o mínimo acesso do Surdo a esse serviço, que tem sido prejudicado pelo não domínio da LIBRAS ou pelo desconhecimento do psicólogo em relação às questões da Surdez, bem como pela não possibilidade de inclusão do intérprete em todos os atendimentos nos quais o Surdo buscará.

O relato a seguir evidência exatamente os empasses cotidianos desses atendimentos, quando o psicólogo não domina LIBRAS e tampouco tem a possibilidade de inclusão do intérprete neste.

> *“O atendimento ocorreu num serviço público. Era um casal que estava desesperado. Peguei o papel e a caneta e, por gestos, perguntei se eles sabiam escrever. A resposta foi "não". Lembrei-me de uma moça que vendia quentinhas para o pessoal que trabalhava neste serviço e que uma vez comentou que sabia se comunicar por LIBRAS. Pedi para o*

> *segurança da instituição ir atrás dela. Dessa forma consegui que ela fosse minha mediadora na conversa com o casal que estava numa condição de alta vulnerabilidade." (Participante 13).*

Cabe ressaltar que este atendimento ocorreu num serviço público, onde o acesso ao intérprete para atendimento de Surdos é obrigatório por pela Lei n° 10436 de 24 de abril de 2002, que diz em seu Artigo 3º:

> *"As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor".*

Nos momentos em que a entrada do Surdo/pessoa com deficiência auditiva nos serviços oferecidos pelos psicólogos participantes da pesquisa ocorreu, percebe-se que a barreira da comunicação foi o principal componente nesses atendimentos. Embora tenham-se utilizado de diferentes modos para proporcionar a comunicação nestes atendimentos eficaz, é questionável o fato de que apenas 5,26% tenha utilizado uma língua natural para o Surdo nesse atendimento, considerando que outros 10,52% realizaram o atendimento utilizando-se de sinais provenientes da comunidade Surda, na época em que a LIBRAS não era considerada uma língua de sinais.

Ainda sobre o acesso do Surdo e pessoas com deficiência auditiva, percebe-se que este tem se dado com maior frequência desde que a Lei n° 10436/02 foi instaurada, já que a maioria dos atendimentos ocorreram nos últimos dez anos, o que é bastante positivo, pois embora a lei tenha sido implantada há 16 anos, mesmo que a passos lentos, ela tem gerado modificações neste cenário.

Quando perguntados sobre as áreas onde tais atendimentos foram realizados, embora parte tenha sido realizado em outras áreas da psicologia, mais da metade da prestação de serviço ocorreu no ensino como professor de Psicologia no Ensino Superior. A lei 10436/02, embora tenha buscado incluir a pessoa com deficiência auditiva/Surdo nos diferentes âmbitos sociais, é evidente que esta tem tido maior efetividade de inclusão no âmbito educacional.

Grande parte dos profissionais participantes dessa pesquisa de fato prestaram serviços à essa população, contudo, percebe-se que essa prestação de serviços tem sido bastante restrita ao atendimento de alunos Surdos e, ou com deficiência auditiva no curso de Psicologia. Embora possamos questionar novamente que as pessoas com deficiência auditiva têm tido maior acesso aos diferentes espaços sociais, inclusive à universidade, se comparados aos Surdos, pode-se dizer que em geral, o público com perda auditiva tem chegado a universidade, fator que se configura como novidade nesse contexto.

Tal acesso tem levado esses professores, que em sua maioria não tiveram em sua trajetória profissional contato com esse público nos diversos segmentos de atendimentos de psicologia, a lidar com essa demanda na universidade, o que se configura como um desafio. Sobre isso, um dos participantes dessa pesquisa menciona mecanismos criados para esse propiciar o bom atendimento desse aluno, de modo a contemplar sua especificidade:

> *"Na sala de aula era organizada em círculo de forma a propiciar leitura labial pelo aluno. Os colegas foram instruídos a falar mais lentamente e sempre ao alcance visual do aluno". (Participante 17)*

Tal mecanismo mostra-se eficaz no atendimento a pessoas com deficiência auditiva, cuja a oralidade e a leitura labial foram bem desenvolvidas. Porém, como se daria a mesma questão, caso o aluno inserido não tivesse desenvolvido a habilidade de leitura labial ou tivesse como primeira língua a LIBRAS?

O que temos visto, como menciona outro participante, é a inclusão do intérprete nesse meio, porém nem sempre é garantido em todas as aulas frequentadas por estes alunos. Para Gomes et al. (2017), em teoria, o uso de intérpretes resolveria os problemas de comunicação entre os profissionais de psicologia e o usuário Surdo, contudo, não basta o intérprete ter conhecimento de LIBRAS, ele necessita saber os termos técnicos envolvidos no ambiente nos quais está inserido, respeitar o sigilo e confidencialidade de cada paciente e as questões éticas da prestação desse serviço, além de traduzir literalmente o diálogo de ambas as partes.

Percebe-se que, embora digam que foram capacitados em sua formação para lidar com a multiplicidade de frentes da psicologia, quando recebem esse público, a maioria dos participantes afirmam terem tido dificuldades neste atendimento, tais dificuldades podem estar relacionadas a outros fatores, contudo é bastante comum no atendimento de Surdos dificuldades devido a barreira da comunicação e o não entendimento de suas peculiaridades.

Ainda sobre essa questão, apesar de terem sido capacitados para lidar com a multiplicidade de frentes da psicologia, grande parte acredita não ter sido preparado durante a formação para o atendimento de Surdos e, ou pessoas com deficiência auditiva, resultado expressivo tanto no grupo que já tiveram contato com essa demanda, quanto no grupo que ainda não teve contato. Esse resultado demonstra que, embora não reconheçam, houve uma falha na formação desses psicólogos, que contemplou a multiplicidade da psicologia, porém não ofereceu os subsídios necessários para o trabalho em surdez – sendo trabalho entendido minimamente como o acolhimento desse público no serviço buscado e o encaminhamento para um profissional habilitado para tal atendimento.

Contudo, observa-se que tal despreparo nesse público é tanto que, embora tenham passado pela experiência de prestação de serviço a esse público nas distintas áreas em que este ocorreu, a maioria ainda não se sente preparado para atender esse público novamente.

O pequeno número de profissionais que se sentem preparados para atender esse público evidencia uma resistência desses profissionais na aceitação da existência de fragilidades na formação do psicólogo. Afinal, se não há fragilidades, quais seriam as razões pelas quais esses profissionais não se sentem habilitados para realizar esse atendimento, mesmo alguns já tendo experiência em fazê-lo?

Como já mencionado, Assis & Santos (2005), ao buscar identificar as possíveis causas das dificuldades no atendimento psicológico à pessoa com deficiência auditiva e surdez, chegaram a quatro principais categorias: profissionais desqualificados; desinteresse na qualificação devido ao tempo; déficit na formação acadêmica do psicólogo na graduação e desconhecimento de uma rede de atendimento, categorias que também ficaram evidenciadas no discurso tanto dos profissionais que atendem Surdos e pessoas com deficiência auditiva, quanto nos que não.

Pode-se dizer que, seja aqueles profissionais que já tiveram contato com esse público ou aqueles nunca o tiveram em sua trajetória profissional em Psicologia, em sua maioria todos os grupos acreditam não terem sido habilitados durante suas formações para atender pessoas com deficiência auditiva/ Surdos em sua área de atuação, não se sentem preparados atualmente para atender pessoas com deficiência auditiva ou Surdos nas mesmas frentes e veem fragilidades em sua formação para realizar tal atividade.

Além disso, mais da metade dos participantes de ambos os grupos acreditam que o curso de Psicologia da FACHS da PUC-SP não auxilia seus alunos à atenderem as demandas da surdez. Contudo, se compararmos a parcela do grupo que já teve contato com esse público e a parcela que nunca teve contato, percebe-se que uma parcela maior dos professores que nunca atenderam esse público em sua trajetória profissional e a maioria dos professores que atendem ou já atenderam a esse público acreditam que o curso de Psicologia da FACHS auxilia seus alunos a lidar com essa demanda.

Essa questão, configura-se como uma incoerência do grupo, já que embora os participantes mencionem terem lecionado temas relacionados à excepcionalidade durante o ensino de um número grande de disciplinas por eles lecionadas em Psicologia, mas metade dos participantes acredita que as disciplinas do curso não ajudam seus alunos a trabalharem com pessoas com deficiência auditiva/Surdos. Nessa questão, nota-se que o grupo que não teve contato com Surdos tem uma porcentagem maior de profissionais que acredita que o modo como o curso de psicologia da FACHS está organizado contempla essa necessidade. Tal percepção pode estar relacionada ao desconhecimento das peculiaridades que possivelmente não estão sendo contempladas na formação dos alunos por estes de fato não terem tido contato com as reais dificuldades que o atendimento desse grupo demanda.

Em contrapartida, percebe-se que o grupo que já teve contato com Surdos e pessoas com deficiência auditiva veem menos a necessidade de se aprimorar nessa área, já que sentem-se mais habilitados para realizar esse atendimento, o que nos permite inferir que existe a propensão dos profissionais pensarem que quanto mais sabem a língua, menos pensam que precisam aprender sobre o tema e se aprofundar na LIBRAS, já aqueles que nunca tiveram contato com o público e que se configuram como os que menos sabem sobre o mesmo, parecem assumir a postura de quem mais necessita aprender sobre eles.

Nota-se também que a amostra de professores participantes vê que curso de psicologia da FACHS configurado exatamente como encontra-se, neste momento tem uma formação mais completa e que contempla muito mais as questões da Surdez do que a formação que obtiveram quando eram graduandos. Ainda neste grupo, há profissionais que acreditam que o curso atualmente não apresenta fragilidades, pois contempla na grade curricular muitas das excepcionalidades existentes e coloca à disposição de seus alunos a possibilidade de eletivas, estágios e pesquisas de iniciação científica na área para aqueles que tenham interesse em se aprofundar nessa temática.

Ainda na fala de alguns professores, vê-se disseminado a ideia de que o uso de um aparelho auditivo ou implante coclear seria suficiente para a resolução da surdez e suas implicações, se fazendo desnecessário a aprendizagem de LIBRAS por parte dos profissionais de psicologia por uma possível fantasia da erradicação da surdez. Esta concepção, baseada na visão clínica da surdez, considerada a perda auditiva como algo que está apenas no corpo do sujeito, podendo então ser corrigida, desconsiderando a complexidade do processo de aquisição de linguagem pela criança com perda auditiva, a constituição de sua subjetiva e o impacto gerado no desenvolvimento deste sujeito, quando ele é colocado no lugar de deficitário, já que a perda auditiva deste indivíduo, quando vista como algo que pode ser corrigido e então normatizado, mostra que o Surdo estaria ocupando um lugar de deficitário e não de diferente.

Para além disso, por mais que as próteses auditivas digitais possibilitam maior potência com melhor qualidade sonora para adaptação do Surdo, este não é um processo fácil, visto que o Surdo necessitará aprender a ouvir e diferenciar sons em um campo de audição muito menor do que o dos ouvintes. Além disso, é importante salientar que toda esta tecnologia disponível, além de não ser de acesso a toda a população Surda, especialmente considerando-se nossa realidade social, cultural e econômica, por si só não garante o desenvolvimento linguístico, identificatório e cultural do sujeito Surdo, de modo que a utilização destes recursos não garante que esses sujeitos serão oralizados e integrados a sociedade.

Deste modo, o conhecimento dos aspectos históricos e socioculturais do Surdo por parte dos profissionais da saúde é fundamental para que a relação estabelecida entre eles seja satisfatória. Como sugestões para sanar essa fragilidade no currículo do curso de psicologia da FACHS, os participantes sugerem a construção de metodologias que buscam abordar o assunto no currículo em diferentes momentos e diferentes disciplinas, além de incluir a temática em disciplinas eletivas e técnicas que abordem o tema em sua prática de atendimento, obrigatoriedade da LIBRAS na grade curricular para uma capacitação básica em

LIBRAS, a garantia da presença do intérprete neste meio, a promoção de cursos e disciplinas para a capacitação de professores neste meio, promoção do tema em estágios, atividades curriculares e extracurriculares que abordem o tema, aumento da disciplina de psicologia da excepcionalidade para dois semestres, de modo que esse tema possa ser visto com maior detalhamento no curso, etc.

O ensino de LIBRAS é oferecido facultativamente para a maioria dos cursos no ensino superior desde a Lei n° 10436/02, contudo vemos pouca expressividade deste conhecimento entre os estudantes e profissionais de saúde. O desconhecimento da possibilidade de inclusão da disciplina de LIBRAS- Básico já implantada no curso pelo corpo docente, mostra-nos que esse desconhecimento se manifesta também no corpo discente.

Diferentemente do curso de psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal de Brasília, que contemplam em sua grade curricular os cursos de LIBRAS e Fundamentação da Surdez, atualmente, o curso de Psicologia da FACHS só aborda o tema na disciplina obrigatória Psicologia da Excepcionalidade e nas disciplinas eletivas Inclusão e Empregabilidade e LIBRAS - Básico, sendo essa última opção pouco divulgada entre os professores e alunos. Quando a universidade possui uma disciplina que contempla essas questões, porém não promove o acesso de seus alunos a ela – isso inclui a não divulgação na grade curricular online do curso, para que os interessados na graduação vejam a possibilidade de inclusão desta disciplina em sua graduação, a não divulgação dessa possibilidade nos editais de eletiva para os alunos, bem como a não problematização do tema em outros contextos para além da disciplina de excepcionalidade-, e opta por contemplar esse conteúdo de forma superficial ela se está contribuindo para a perpetuação da exclusão desse público, pois não dar a esse tema o devido lugar que ele merece é faltar com o compromisso e responsabilidade social e ética da formação dos psicólogos.

A disciplina Psicologia da Excepcionalidade busca trazer o tema da excepcionalidade para dentro da atuação da Psicologia, realizando um apanhado

geral sobre os diferentes tipos de excepcionalidades existentes, a trajetória histórica do olhar social frente a elas e a evolução do olhar da Psicologia sobre o tema e suas atuações - as transformações legislativas, de dispositivos e serviços para esse público. Pode-se dizer que tal disciplina é bastante completa para o que ela se propõe: apresentar à temática aos alunos. Contudo, os temas nela abordados são de amplitude e complexidade muito maiores, que exigem um cuidado e detalhamento mais refinado para ser melhor compreendido.

Dado que tal disciplina tem duração de apenas um semestre letivo, que consiste em 17 semanas de aula, com 3 créditos semanais cada, e a necessidade de se apresentar aos alunos minimamente os diferentes tipos de excepcionalidades existentes e como a Psicologia lida com elas, resta para o trabalho específico do tema da surdez um único seminário de 40 minutos apresentado por um grupo de alunos.

É certo que tudo o que vem sendo estudado nessa disciplina em relação à outras excepcionalidades é aproveitado para o olhar frente às questões da Surdez, contudo, saber que um tema tão importante como esse, que traz consigo a existência de uma segunda língua oficial do Brasil, tem como espaço 40 minutos, dentro de uma disciplina de um semestre, em um curso integral de cinco anos, de uma renomada universidade, incluso no trabalho com surdez em fonoaudiologia, vai contra os princípios éticos da Psicologia, uma vez que corrobora com a exclusão de Surdos no acesso aos serviços de Psicologia, já que o tempo de contato com o tema não é suficiente para sensibilizar os alunos para que compreendam a necessidade de nos voltarmos, enquanto psicólogos, também para esse tema.

É certo que a faculdade de Psicologia da PUC-SP também oferece acesso a esse tema por meio das eletivas anteriormente mencionadas, contudo, novamente esbarra-se no pouco enfoque que a disciplina de Inclusão e Empregabilidade proporciona ao tema surdez, já que ela necessita dar conta das múltiplas excepcionalidades existentes dentro da temática por ela proposta. Além disso, o desconhecimento por parte dos alunos e a não divulgação da possibilidade de

realização da disciplina de LIBRAS - Básico em outros cursos como eletiva em Psicologia, por parte da faculdade tem impedido o acesso dos alunos a essa disciplina, já que esse é uma disciplina posta como obrigatória para os cursos de fonoaudiologia, pedagogia e licenciatura e como optativo para os demais cursos da universidade.

Nesse sentido, a obrigatoriedade do curso de Psicologia da Excepcionalidade é bastante importante para a graduação de Psicologia tal qual essa configura-se nesse momento, uma vez que nela tem-se inaugurado o momento em que os alunos de Psicologia têm entrado em contato com o tema da surdez pela primeira vez na universidade, ainda que de maneira insuficiente.

A obrigatoriedade de uma disciplina sobre o mesmo pode não parecer a melhor solução para tornar essas questões conhecidas a todos, dado os inúmeros temas de extrema importância na área da Psicologia que não recebem lugar na graduação. Contudo, conhecer a surdez e a LIBRAS é extremamente importante para todos os profissionais de saúde do Brasil, já que a Língua de Sinais é a segunda língua oficial brasileira e o indivíduo Surdo é o dono dela. Para se trabalhar com Surdez não basta somente compreender as questões que perpassam a excepcionalidade, é preciso saber outras formas de comunicação para incluir o Surdo nos serviços e não simplesmente permitir a sua entrada. Falamos aqui da necessidade de promover acesso ao Surdo a esses serviços.

A partir do momento em que o psicólogo não conhece as questões da Surdez, não compreende LIBRAS e muitas vezes se quer sabem de sua existência, limita-se de forma veemente o acesso do Surdo aos serviços da Psicologia, independentemente da área em que este serviço é oferecido, já que o acesso a intérpretes além de ser dificultoso em termos burocráticos, muitas vezes são inviáveis nos serviços onde a Psicologia se inclui.

Em um plano ideia, a LIBRAS deveria ser inserida como obrigatória no currículo escolar brasileiro ainda na educação básica, para que crianças, jovens e adultos ouvintes tenham igual acesso à língua de sinais e, assim, possa ser

promovido de fato um mundo inclusivo para o Surdo. Existem propostas de implementação de ensino obrigatório de LIBRAS na educação infantil e no ensino fundamental, o que seria muito enriquecedor na formação cultural de crianças tanto Surdas quanto ouvintes. Tal implementação também traria mudanças positivas em relação ao cenário atual, uma vez que no ensino superior o estudante poderia implementar seu conhecimento básico com cursos mais avançados e específicos de LIBRAS para a saúde, no caso de profissionais em formação na área. (GOMES, 2017). Infelizmente, essa não é a realidade escolar brasileira, pois não só é restrito é o número de ouvintes que conhecem a LIBRAS, como o próprio sujeito Surdo tem encontrado dificuldades de acesso a LIBRAS. Como resultado, o Surdo tem sido podado de trocas significativas com seus pares, familiares e pessoas que ocupam os mesmos lugares onde ele circula, sendo esses já restritos pela barreira de comunicação.

A inclusão da LIBRAS no currículo de Psicologia não seria necessária caso todos os brasileiros tivessem acesso essa língua ainda na educação básica. Infelizmente, a forma que o nosso currículo escolar está estruturado não permite tal acesso. Como decorrência, estudantes de Psicologia chegam a graduação sem ter conhecimento sobre a existência da língua de sinais e, consequentemente, não vêm a possibilidade de atuação com esse grupo em LIBRAS.

Sabendo dessa negligência e tendo como um dos princípios éticos trabalhar em prol da diminuição de negligência de minorias, a Psicologia tem como dever preencher a lacuna que até então tem sido deixada entre o Surdo e seu acesso aos serviços de Psicologia, já que os psicólogos, como os demais ouvintes, não tiveram acesso a LIBRAS em outros contextos.

Quando um estudante de Psicologia entra em sua graduação sem conhecimento da existência da LIBRAS e assim permanece durante todo o decorrer do seu curso, evidencia-se que a Psicologia, enquanto ciência e área de atuação, está exercendo para com o Surdo semelhante negligência com a qual ele tem lidado em toda a sua história, pois não permitimos que a comunidade Surda também

usufrua dos serviços da Psicologia, ou minimamente receba um encaminhamento adequado para tal. Ao tomar para si parte da responsabilidade pela marginalização desse público e lutar contra ela por meio da capacitação de profissionais da Psicologia para atender Surdos em sua língua em todos os serviços que a Psicologia se propõe atuar, quebra-se com um ciclo de exclusão que vem sendo perpetuado na história do Surdo.

Essa questão torna-se ainda mais complexa quando devido ao não incentivo das universidades, das instituições, do mercado e do governo em promover o acesso à LIBRAS para Surdos e Ouvintes, de modo a atingirmos a inclusão social do Surdos nos diferentes espaços que este ocupa, pois o não incentivo faz com que o interesse desses profissionais em capacitar-se e realizar sua prática profissional com Surdos fica a critério de cada profissional (ASSIS & SANTOS, 2015).

A inclusão de uma disciplina de LIBRAS e fundamentos da Surdez na grade curricular do ensino superior provavelmente não sanará por completo o problema de acesso do Surdo aos Serviços de psicologia, uma vez que esse seria um primeiro contato do estudante com o tema e, para que este venha a estar habilitado para atender em LIBRAS, como em qualquer outro idioma, torna-se necessário dedicação e tempo para que ele aprenda as peculiaridades e complexidades da língua. Contudo, a inclusão de uma disciplina assim daria os subsídios necessários para que os futuros profissionais de psicologia, ao receber tal demanda, possam acolhê-la e dá-la o melhor destino possível para esta, seja atendendo-a, no caso daqueles que se interessam pela temática e a partir de um primeiro contato buscam aperfeiçoar-se no tema, ou encaminhando-a.

O que é sugerido aqui, não é a promoção de uma disciplina que permita ao estudante a obtenção da fluência em LIBRAS através dos cursos de Psicologia, mas sim um estímulo mínimo para que mais psicólogos saibam desta realidade e busquem se aperfeiçoar e suprir essa demanda através de um conhecimento básico a respeito da identidade Surda e da LIBRAS dentro do conteúdo programático do curso de psicologia da FACHS. Assim como os próprios professores, também

psicólogos de atuação, que participaram dessa pesquisa sugerem, deve-se buscar metodologias que sirvam como alternativas para preencher a lacuna existente sobre o tema da surdez na formação dos estudantes de psicologia da PUC-SP.

Possuir um conhecimento básico a respeito da identidade Surda e da LIBRAS é adaptar-se às modalidades de acolhimento psicológico, promovendo acesso ao cuidado de saúde integral e reduzindo barreiras comunicativas, favorecendo a inclusão social desses indivíduos, o que é promover exatamente o cumprimento ético da atuação do psicólogo.

Assim, a partir desse estudo pode-se evidenciar a necessidade do aprofundamento de discussões no contexto da psicologia acerca da formação acadêmica voltada a LIBRAS na graduação do curso de psicologia da FACHS da PUC-SP, bem como a definição de critérios e parâmetros que garantam um ensino de qualidade em torno de tal conteúdo. Os achados demonstram que se por um lado alguns professores vêm impossibilitada o aprofundamento dessa questão na graduação de psicologia, por outro existe uma conscientização por parte dos mesmos quanto à importância e à necessidade da promoção de maior espaço de discussões e aproximações dos alunos de psicologia com a LIBRAS e os temas relacionados à surdez.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi refletir o acesso do Surdo aos serviços oferecidos pelo campo de atuação da Psicologia, problematizando o aprendizado de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na graduação de Psicologia, bem como apresentar como a formação do estudante de Psicologia da FACHS se dá em relação a cultura dos Surdos, como o conhecimento sobre surdez, identidade surda, cultura surda e LIBRAS ou a falta de têm impactado os serviços oferecidos aos Surdos no campo da Psicologia, discutindo o acesso efetivo do Surdo a esses serviços.

Constatou-se que a barreira de comunicação existente entre Surdos e ouvintes ainda tem tornado restrito o acesso do Surdo aos serviços de psicologia em suas mais diversas vertentes e áreas de atuação. De acordo com a amostra participante, os Surdo e as pessoas com deficiência auditiva têm tido maior acesso aos serviços de psicologia quando estes ingressam no mundo universitário, porém pouco se tem visto o acesso destes na prestação de serviço em psicologia em áreas de saúde, lazer e trabalho.

Nota-se o desconhecimento dos profissionais de psicologia que atualmente lecionam e atuam na área em relação às questões da surdez e da LIBRAS, o que possivelmente culmina no desconhecimento do tema também por parte de seus alunos. Foi constatado que todos os participantes desta pesquisa conhecem minimamente a Língua Brasileira de Sinais, embora nenhum deles a domine de forma a possibilitar o atendimento de Surdos por meio da LIBRAS. Nota-se também um maior acesso de pessoas com deficiência auditiva aos serviços da psicologia se comparado ao acesso de Surdos.

Constatou-se que, os professores, em sua maioria formados pela PUC-SP, veem falhas em suas formações para o atendimento de Surdos e pessoas com deficiência auditiva, bem como não se sentem preparados atualmente para atender tal demanda. Além disso, constatou-se que embora o curso de psicologia da FACHS

da PUC-SP aborde a temática por meio da disciplina de Psicologia e Excepcionalidade, de Eletivas temáticas sobre inclusão e da promoção de estágios em instituições que atendem Surdos e pessoas com deficiência auditivas, o curso ainda apresenta fragilidades no que se refere a verdadeira promoção do acesso de seus estudantes ao conhecimento da LIBRAS e dos fundamentos da Surdez.

Por fim, percebe-se que a maioria dos professores participantes da pesquisa veem a necessidade da reestruturação do curso de Psicologia da FACHS da PUC-SP, por meio da implantação de metodologias que aproximem estudantes de psicologia e professores da temática em questão, de modo a propiciar ao Surdo o acesso a um cuidado integral em saúde, reduzindo barreiras comunicativas e favorecendo sua inclusão social.

Sugere-se como complemento às presentes constatações, investigações futuras que aprofundem as discussões sobre a figura do intérprete no setting de atuação do psicólogo, bem como que realizem um maior aprofundamento das percepções sobre os atenuantes do atendimento de Surdos a partir dos profissionais que já tiveram contato com este público durante suas trajetórias profissionais.

9. REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, M. R. & SANTOS, J. F. Dificuldades do Psicólogo no atendimento à Pessoa com deficiência auditiva. **Conexões Psi**. Rio de Janeiro v. 3, n. 1, p. 23-33, 2015.

BISOL, C. A.; SIMIONI, J. & SPERB, T. Contribuições da Psicologia Brasileira para o estudo da surdez. **Psicologia Reflexão e Crítica.** Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 392-400, 2008.

BISOL, C. A. & VALENTINI, C. B. Surdez e Deficiência Auditiva - qual a diferença? **Objeto de Aprendizagem Incluir** – UCS/FAPERGS, 2011. Disponível em < http://www.grupoelri.com.br/Incluir/downloads/OA_SURDEZ_Surdez_X_Def_Audit_Texto.pdf>. Acesso em 02 de dezembro de 2016.

BONFIM, L.; MOURA, M. C. & OLIVEIRA, V. J. **A representação de crianças Surdas por pais e professores: Contribuições da Teoria da Mente**. São Paulo, 2015. 106.p. Relatório Científico (Iniciação Científica em Psicologia e Fonoaudiologia) – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em 20 de maio de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em 20 de maio de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 28 de março de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 53.464, de 21 de janeiro de 1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D53464.htm> . Acesso em 20 de maio de 2018.

BRASIL. **Lei 4119 de 27 de agosto de 1962**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4119.htm>. Acesso em 20 de maio de 2018.

BRASIL. **Lei 10.436 de 24 de abril de 2002.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em 28 de março de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Ed. Brasília Rádio Center, 2005.

CAPORALI, S. A. & DIZEU, L. C. T. B. A língua de sinais constituindo o Surdo como sujeito. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 26, n. 91, 2005.

COSTA, L.S.M. et al. O atendimento em saúde através do olhar da pessoa surda: avaliação e propostas. **Rev. Bras. Clín. Méd.**, v.7, n.3, p.166-70, 2009.

DUARTE, S. B. R. et al. Aspectos históricos e socioculturais da população surda. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, n.4, 2013.

DWEK D.; ALBANO L. & MOURA M.C. **O Surdo e o psicólogo: LIBRAS ou o intérprete?.** São Paulo, 2012. 88.p. Relatório Científico (Iniciação Científica em Psicologia e Fonoaudiologia) – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FREITAS, Henrique et al. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 35, n. 3, p.105-112, jul. 2000.

GÓES M. C. R. A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. **Cad CEDES**, v. 20, n. 50, 2000.

GOMES, Leticia Ferreira et al. Conhecimento de LIBRAS pelos Médicos do Distrito Federal e Atendimento ao Paciente Surdo. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 390-396, 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Senso 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=2965&t=pns-2013-dois-anos-mais-metade-nascimentos-ocorreram-cesariana&view=noticia> Acesso em 25 de maio de 2018.

LEVINO, Danielle de Azevedo et al. LIBRAS na graduação médica: o despertar para uma nova língua. **Rev. bras. educ. med**., Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 291-297, 2013.

MAINIERE, C. M. P. **Desenvolvimento E Aprendizagem De Alunos Surdos: Cognitivo, Afetivo E Social** (e-book). Ed. IESDE Brasil, 2011.

MOURA, M. C. **O Surdo: caminhos para uma nova identidade.** Rio de Janeiro: Revinter/Fapesp, 2000.

NOBREGA, Juliana Donato et al. Identidade surda e intervenções em saúde na perspectiva de uma comunidade usuária de língua de sinais. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 671-679, 2012.

PSICÓLOGO, Código de Ética Profissional do, -publ. **VI Plenário do Conselho Federal de Psicologia**, Brasília, 2005. Disponível em: < https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-Psicologia.pdf> Acesso em: 25/05/2018

Organização Mundial da Saúde. **Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (handicaps): um manual de classificação das consequências das doenças**. Lisboa; 1989.

Organização Mundial da Saúde. Constituição. **Biblioteca Virtual dos Direitos Humanos da Universidade de São Paulo**. São Paulo, 1946. Disponível em: < http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html> Acesso em 25/05/2018.

Ranking Universitário da Folha 2017, Psicologia. Disponível em: < http://m.ruf.folha.uol.com.br/2017/ranking-de-cursos/Psicologia/>. Acesso em 10 de abril de 2018.

SANTOS, Érika Machado; SHIRATORI, Kaneji - As necessidades de saúde no mundo do silêncio: um diálogo com os Surdos. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiás, v. 06, n. 01, p.68-76, 2004.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix. Edição brasileira, 1995.

SOLOMON, A. **Longe da árvore: pais, filhos e a busca da identidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

TEDESCO, Janaina dos Reis; JUNGES, José Roque. Desafios da prática do acolhimento de Surdos na atenção primária. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.29, n.8, p.1685-1689, 2013.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

10. ANEXOS

a. Link de acesso ao questionário online

Mensagem enviada para divulgação do Link de acesso ao questionário online na plataforma Survey Monkey:

Caros professores da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP,

Estamos desenvolvendo o trabalho de conclusão de curso intitulado “A LIBRAS na formação do psicólogo”, aprovado pelo comitê de ética da PUC-SP sob o CAAE: 87320818.8.0000.5482, com o objetivo de refletir o acesso do Surdo aos serviços oferecidos pelo campo de atuação da Psicologia, problematizando o aprendizado de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na graduação de Psicologia.

Tal pesquisa possui relevância não só por se tratar de um trabalho de conclusão de curso, mas também por fazer parte de um movimento composto pelo corpo discente, docente e dirigentes da PUC-SP para a fomentação de inclusão e acessibilidade na universidade.

Assim, pedimos encarecidamente que contribuam com a realização da presente pesquisa sendo participantes voluntários da mesma, respondendo o questionário online presente no link abaixo. O questionário contém em média 30 questões (abertas e fechadas) e seu preenchimento dura em torno de 25 minutos.

Juntamente com o link de acesso ao questionário, seguem nossos contatos para sugestões e esclarecimentos de dúvidas. Agradecemos desde já pela disponibilidade e colaboração.

Atenciosamente,

Ana Laura Schliemann e Vivian Julião de Oliveira.

Link de acesso ao questionário online na plataforma Survey Monkey:
https://pt.surveymonkey.com/r/6VX3F8B

Ana Laura (prof.ª orientadora): alschliemann@pucsp.br
Vivian (aluna orientanda): vjoliveira@pucsp.br

b. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Caro (a) Senhor (a),

Eu, Profa. Dra. Ana Laura Schliemann do Curso de Psicologia da PUCSP, portadora do CRP 06/33143-0 e CPF 090.959.918-14, estabelecida na Avenida Presidente Juscelino Kubistchek, Nº 660, Apto. 91, CEP 18031-480, na cidade de Sorocaba, cujo telefone de contato é (15) 3342-0214, vou desenvolver a orientação da pesquisa para trabalho de conclusão de curso da aluna Vivian Julião de Oliveira, portadora do CPF 431.933.158-06, residente na Rua Professor Samuel Barnsley Pessoa, nº 309, Parque Araribá, São Paulo - SP, cujo título é: "A LIBRAS na formação do psicólogo". O objetivo deste estudo é refletir sobre o aprendizado da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) no curso de graduação de Psicologia, bem como o acesso do Surdo aos serviços oferecidos por este campo de atuação, a partir da percepção de professores da graduação de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP.

Informamos que a pesquisa foi submetida e aprovada pelo comitê de ética da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (5482) sob o CAAE: 87320818.8.0000.5482 versão 1.

1. Necessito que o Sr. (a). forneça informações a respeito do uso da LIBRAS em sua prática profissional através de um questionário online, com perguntas abertas e fechadas, devendo ocupá-lo(a) por aproximadamente 30 minutos para completar as respostas.

2. Sua participação nesta pesquisa é voluntária e constará apenas de algumas perguntas que deverão ser respondidas sem minha interferência ou questionamento e que não determinará qualquer risco ou desconforto.

3. Sua participação não trará qualquer benefício direto, mas proporcionará um melhor conhecimento a respeito do atendimento psicológico ao sujeito Surdo,

que em futuros atendimentos psicológicos poderão beneficiar outras pessoas ou, então, somente no final do estudo poderemos concluir a presença de algum benefício.

4. Não existe outra forma de obter dados com relação ao procedimento em questão e que possa ser mais vantajoso.

5. Informo que o Sr. (a). tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas. Se tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com a Profa. Dra. Ana Laura Schilleman.

6. Também é garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo.

7. Garanto que as informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros entrevistados, não sendo divulgado a identificação de nenhum dos participantes.

8. O Sr. (a). tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas e caso seja solicitado, darei todas as informações que solicitar.

9. Não existirá despesas ou compensações pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação.

10. Eu me comprometo a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados serão ser veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem nunca tornar possível sua identificação.

11. Abaixo está o termo de consentimento livre e esclarecido para ser autenticado caso não tenha ficado qualquer dúvida.

Assim sendo, acredito ter sido suficiente informado a respeito das informações que li, descrevendo o estudo: “A LIBRAS na formação do psicólogo”. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a

serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso aos resultados e de esclarecer minhas dúvidas a qualquer tempo. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Aceita participar do presente estudo, de acordo com os termos e condições descritos no presente Termo de Compromisso Livre e Esclarecido?

- ☐ Não, não aceito.
- ☐ Sim, aceito.

Dados do participante

Nome Completo: _____

CPF: _____

RG: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

c. Questionário

1. Qual a sua faixa estaria?

- De 20 a 24 anos
- De 25 a 29 anos
- De 30 a 34 anos
- De 35 a 44 anos
- De 45 a 54 anos
- De 55 a 64 anos
- De 65 a 74 anos
- De 75 a 79 anos
- Mais de 80 anos

2. Assinale a baixo os itens compatíveis a sua formação.

- Graduação em Psicologia
- Graduação em outras áreas
- Pós-graduação em Psicologia
- Pós-graduação em outras áreas
- Mestrado em Psicologia
- Mestrado em outras áreas
- Doutorado em Psicologia
- Doutorado em outras áreas
- Pós-Doutorado em Psicologia
- Pós-Doutorado em outras áreas
- Outros: _____

3. Há quanto tempo você está formado (a) como psicólogo(a)?

- 01 ano ou menos
- De 02 a 04 anos
- De 05 a 09 anos
- De 10 a 14 anos
- De 15 a 19 anos
- De 20 a 24 anos
- De 25 a 29 anos
- De 30 a 34 anos
- De 35 a 39 anos
- De 40 a 44 anos
- De 45 a 49 anos
- De 50 a 54 anos
- De 55 a 59 anos
- De 60 a 64 anos
- 65 anos ou mais

4. Escreva abaixo em qual (s) instituição(s) realizou sua formação?

	PUC	USP	Mackenzie	UNESP	UNIP	São Judas	São Camilo	São Francisco	Universidade Federal (Especificar em outros)	Universidade Estrangeira (Especificar em outros)
Graduação	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O

Pós-Graduação	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O
Mestrado	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O
Doutorado	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O
Pós-Doutorado	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O

Outros (especifique): _____

5. Há quanto tempo atua como psicólogo?

- □ 01 ano ou menos
- □ De 02 a 04 anos
- □ De 05 a 09 anos
- □ De 10 a 14 anos
- □ De 15 a 19 anos
- □ De 20 a 24 anos
- □ De 25 a 29 anos
- □ De 30 a 34 anos
- □ De 35 a 39 anos
- □ De 40 a 44 anos
- □ De 45 a 49 anos
- □ De 50 a 54 anos
- □ De 55 a 59 anos
- □ De 60 a 64 anos
- □ 65 anos ou mais

6. Em quais áreas da Psicologia você já atuou ao longo de sua trajetória profissional?

- □ Psicologia Escolar/Educacional
- □ Psicologia Organizacional e do Trabalho
- □ Psicologia de Trânsito
- □ Psicologia Jurídica
- □ Psicologia do Esporte
- □ Psicologia Clínica
- □ Psicologia Hospitalar
- □ Psicopedagogia
- □ Psicomotricidade
- □ Psicologia Social
- □ NeuroPsicologia
- □ Professor de Psicologia (Ensino Médio)
- □ Professor de Psicologia (Ensino Superior)
- □ Outro: _____

7. Há quanto tempo leciona como professor de Psicologia na FACHS?

- □ 01 ano ou menos
- □ De 02 a 04 anos
- □ De 05 a 09 anos
- □ De 10 a 14 anos
- □ De 15 a 19 anos
- □ De 20 a 24 anos
- □ De 25 a 29 anos
- □ De 30 a 34 anos
- □ De 35 a 39 anos

- De 40 a 44 anos
- De 45 a 49 anos
- De 50 a 54 anos
- De 55 a 59 anos
- De 60 a 64 anos
- 65 anos ou mais

8. Em qual(s) matéria(s) que você já lecionou abordou pessoas com deficiência?

9. Levando em consideração o vasto campo da Psicologia, assinale abaixo o quanto você acredita ter sido preparado em sua formação para lidar com a multiplicidade de frentes de atuação da Psicologia.

	Não preparado	Pouco preparado	Razoavelmente preparado	Preparado	Bem preparado
Graduação	O	O	O	O	O
Pós-Graduação	O	O	O	O	O
Mestrado	O	O	O	O	O
Doutorado	O	O	O	O	O
Pós-Doutorado	O	O	O	O	O
Outros	O	O	O	O	O

10. Sabe LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)?

- Sim, sou fluente.
- Sim, tenho conhecimento avançado da língua.

- Sim, tenho conhecimento intermediário da língua.
- Sim, tenho conhecimento básico da língua.
- Não, embora tenho ouvido falar sobre a língua, não tenho conhecimento algum sobre ela.
- Não, nunca ouvi falar sobre a existência desta língua.

11. Em sua área de atuação, atende ou já atendeu pessoas com deficiência auditiva (DA) ou Surdo?

- Não, nunca atendi.
- Sim, já atendi.
- Sim, tenho atendido.

PARTE A

Se você nunca atendeu pessoas com deficiência auditiva ou Surdos responda as questões abaixo.

12. Por qual motivo você nunca atendeu pessoas com deficiência auditiva (DA) ou Surdos em sua atuação como psicólogo?

13. Você foi habilitado durante a sua formação para atender pessoas com deficiência auditiva/ Surdos em sua área de atuação?

- Sim
- Não

Se sim, como?

Se não, você considera isso uma lacuna em sua formação? Justifique sua resposta.

14. Atualmente, você se sente preparado para atender pessoas com deficiência auditiva ou Surdez?

- Sim.
- Não.

Por quê?

15. Em relação ao atendimento de pessoas com deficiência auditiva e Surdos, vê alguma fragilidade na sua formação?

- Não.
- Sim.

Se sim, qual (s)? Como poderia resolvê-la (s)?

16. Pensando na grade curricular de Psicologia da FACHS, você acha que as disciplinas do curso ajudam os alunos a trabalharem com pessoas com deficiência auditiva ou surdez?

- Sim.
- Não.

Por quê?

17. Quais as sugestões que você faz para lidar com as fragilidades do curso para lidar com pessoas com deficiência auditiva e surdez?

18. Você deseja receber os resultados dessa pesquisa após sua finalização?

- Sim.
- Não.

PARTE B

Se você atende ou já atendeu pessoas com deficiência auditiva ou Surdos responda as questões abaixo.

19. O seu cliente atendido é/ era:

- Pessoas com deficiência auditiva
- Surdo

20. Qual (s) foi o meio de comunicação utilizado para se comunicar com o seu cliente?

- Língua Portuguesa Oral
- Língua Portuguesa Escrita
- Gestos e mímicas
- Português Sinalizado
- LIBRAS
- Outro (Especifique):

21. Em que momento esse atendimento ocorreu?

- O atendimento está em andamento
- Há mais de um ano
- Há mais de 5 anos
- Há mais de 10 anos
- Há mais de 20 anos
- Outro (especifique):

22. Qual a área de a Psicologia onde ocorre/ ocorreu o serviço prestado?

- Psicologia Escolar/Educacional

- Psicologia Organizacional e do Trabalho
- Psicologia de Trânsito
- Psicologia Jurídica
- Psicologia do Esporte
- Psicologia Clínica
- Psicologia Hospitalar
- Psicopedagogia
- Psicomotricidade
- Psicologia Social
- Neuropsicologia
- Professor de Psicologia (Ensino Médio)
- Professor de Psicologia (Ensino Superior)
- Outro:

23. Você encontrou dificuldades ao realizar esse atendimento?

- Sim
- Não

Se sim, quais?

Se não, comente “não se aplica”.

24. Você encontrou facilidades ao realizar esse atendimento?

- Sim
- Não

Se sim, quais?

Se não, comente “não se aplica”.

25. Você foi habilitado durante a sua formação para atender pessoas com deficiência auditiva/ Surdos em sua área de atuação?

- Sim

□ Não

Se sim, como?

Se não, você considera isso uma lacuna em sua formação? Justifique sua resposta.

26. Atualmente, você se sente preparado para atender pessoas com deficiência auditiva ou Surdez?

□ Sim.

□ Não.

Por quê?

27. Em relação ao atendimento de pessoas com deficiência auditiva e Surdos, vê alguma fragilidade na sua formação?

□ Não.

□ Sim.

Se sim, qual (s)? Como poderia resolvê-la (s)?

28. Pensando na grade curricular de Psicologia da FACHS, você acha que as disciplinas do curso ajudam os alunos a trabalharem com pessoas com deficiência auditiva ou surdez?

□ Sim.

□ Não.

Por quê?

29. Quais as sugestões que você faz para lidar com as fragilidades do curso para lidar com pessoas com deficiência auditiva e surdez?

30. Você deseja receber os resultados dessa pesquisa após sua finalização?

- Sim.
- Não.

d. Corpo docente atual da PUC-SP (2º Sem/ 2018)

Adriana Barbosa Pereira
Adrianna Loduca Ribeiro Samuelian
Alexandre Saadeh
Amilcar Rodrigues Fonseca Júnior
Ana Cristina Marzolla
Ana Laura Schliemann
Ana Maria Trape Trinca
Ana Merces Bahia Bock
Andre Rodrigues Lemos Bruttin
Andreia de Conto Garbin
Anete Maria Busin Fernandes
Antonio Carlos Amador Pereira
Ari Rehfeld
Beatriz Borges Brambilla
Beltrina da Purificacao da Corte Pereira
Carla Regina Calderoni
Carlos Eduardo Carvalho Freire
Cecilia Pescatore Alves
Clarissa Metzger
Claudinei Affonso
Cris Fernandez Andrada
Deborah Sereno
Deniges Maurel Regis Neto
Denize Rosana Rubano
Dinamar Aparecida Gaspar Martins
Dulce Maria Tourinho Baptista
Durval Luiz de Faria
Edna Bertini
Edna Maria Severino Peters Kahhale
Eliane Hojaij Gouveia
Elisa Maria de Ulhoa Cintra
Elisa Zaneratto Rosa
Elizabeth Costa Pinto Brandao
Emerson Ferreira da Costa Leite
Fabiola Freire Saraiva de Melo
Fani Eta Korn Malerbi
Fatima Regina Pires de Assis
Fernanda Alves da Cruz Gouveia Paulino
Fernando Altemeyer Junior
Flávia Arantes Hime
Frank Usarski
Gabriela Gramkow
Gilberto Mariano Azzi
Guilherme Scandiucci
Helio Roberto Deliberador
Hemir Baricao
Ida Elizabeth Cardinalli
Irene Pereira Gaeta
Isabel da Silva Kahn Marin
Ivelise Fortim de Campos

Jorge Broide
Jose Agnaldo Gomes
Jozimas Geraldo Lucas
Juliana Aparecida de Oliveira Camilo
Julianna Emma Radvany Florez
Katia El Id
Laura Marques Castelhano
Leda Maria Perillo Seixas
Ligia Maria Ananias Cardoso
Lucia Iracema Zanotto de Mendonca
Lucia Maria Franco da Silva
Luciana Szymanski Ribeiro Gomes
Luis Eduardo Francao Jardim
Luisa de Oliveira
Marcelo Camargo Batistuzzo
Marcelo Sodelli
Marcia Almeida Batista
Marcos Oreste Colpo
Maria Cecilia de Vilhena Moraes
Maria Cecilia Roth
Maria Claudia Tedeschi Vieira
Maria Cristina Dancham Simoes
Maria Cristina Gonçalves Vicentin
Maria Cristina Moraes Rosa Petroucic
Maria Cristina Pinto Gattai
Maria da Graca Marchina Goncalves
Maria de Lourdes Trassi Teixeira
Maria Elisabeth Montagna
Maria Helena Pereira Franco
Maria Luisa Guedes
Maria Luiza Guedes
Maria Ruth Goncalves Pereira
Maria Thereza de Alencar Lima
Marilda Pierro de Oliveira Ribeiro
Mario Ariel Gonzalez Porta
Marisa Santanna Penna
Marisa Vicente Catta Preta
Mariza Martins Furquim Werneck
Matilde Maria Almeida Melo
Mauro Lantzman
Miguel Angelo Yalenti Perosa
Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni
Myrt Thania de Souza Cruz
Nadir da Gloria Haguiara Cervellini
Nelson Dangelo Ribeiro
Nichan Dichtchekenian
Paola Espósito de Moraes Almeida
Patricia Maria Galvao Cintra Mortara
Paula Pinheiro Varela Guimaraes Arcari Muhi
Paula Regina Peron
Paula Suzana Gióia
Paulo Roberto Moreira
Plínio de Almeida Maciel Júnior
Raul Albino Pacheco Filho
Regina Aiko Fukunaga Kato
Regina Celia Cavalcanti de Carvalho

Regina Sonia Gattas Fernandes do Nascimento

Renata Paparelli

Ricardo Monezi Juliao de Oliveira

Ricardo Radin Bueno

Rita de Cassia Ferrer da Rosa

Roberto Garcia

Rosa Maria Tosta

Rosalba Filipini

Rosane Mantilla de Souza

Ruth Gelehrter da Costa Lopes

Ruth Yamada Lopes Trigo

Sandra Gagliardi Sanchez

Sergio Wajman

Talitha Ferraz de Souza

Tania Cociuffo Braz

Teresa Cristina Endo

Thomas Anatol da Rocha Woelz

Vera Helena de Souza Cury

Vera Lucia Ferreira Mendes

Yara Rosaria Pisanelli Gustavo de Castro